



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
25 de Abril de 2021



Assembleia Municipal

ACTA N.º 2

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório da Cerâmica Arganilense, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.--

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para “saudar todos os presentes. Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal de hoje, desta feita uma Assembleia presencial; como é bom podermos, novamente, reencontrar-nos, ainda que em formato de cumprimento de todas as regras que a pandemia nos exige que tenhamos que adoptar, sobretudo neste dia 25 de Abril, em que celebramos a Liberdade e a Democracia.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Elisabete Simões Oliveira, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Luis da Silva Moreira Gomes, Tamára Alexandre Brandão Simão, João José Monteiro Figueira, em substituição de Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Miguel Mateus Teixeira, Margarida Teresa Abranches Freire de Figueiredo, em substituição de André Vicente, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João



Assembleia Municipal

Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva e Fernando Vale.-----

-----Teve a palavra o segundo secretário, senhor deputado **António Cardoso**, para referir que “foi enviado a esta Assembleia, e encontra-se para consulta, o Relatório de Avaliação da CPCJ, de 2020. Quanto ao restante expediente recebido, foi sendo enviado por e-mail, para conhecimento de todos os senhores deputados”.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados, André Vicente, Fernanda Pacheco, Daniel Gonçalves e Mário Rui Adrião Gonçalves.-----

-----Faltaram ainda a senhora deputada municipal Ana Sofia Antunes e o senhor deputado Mário Pereira Gonçalves não tendo apresentado pedidos de justificação das faltas.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “gostaria de propor à Assembleia dois votos de pesar e um minuto de silêncio, relativamente a duas personalidades marcantes do país, mas também em particular da região Centro, que nos deixaram há poucos dias. O Dr. Jorge Coelho, que foi Ministro nas Infraestruturas e que era uma das vozes mais proeminentes do Interior do país, e que nos deixou de forma repentina e em choque. Teve uma actividade política intensa, uma actividade empresarial intensa, foi uma personalidade que defendeu o Interior do país e que também deu o exemplo daquilo que deve ser a assunção das responsabilidades políticas, como foi o caso da tragédia da ponte de Entre-os-Rios; não podia deixar de propor à Assembleia que pudéssemos exarar um voto de pesar pelo seu falecimento, enaltecendo o cidadão, o político, e o Beirão que foi o Dr. Jorge Coelho e que tanto defendeu o interior do país. Também não queria deixar de propor um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Almeida Henriques, que foi Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e que era actualmente Presidente da Câmara Municipal de Viseu; também uma voz muito importante na defesa do Interior, muito ligado às cidades inteligentes, que era o seu grande sonho enquanto autarca, de podermos dotar o país de uma rede de cidades



Assembleia Municipal

inteligentes, com uma estratégia digital para as autarquias. Uma personalidade marcante que nos deixou, vítima de COVID 19, uma pandemia que tanto ajudou a combater, mas infelizmente teve este desfecho.-----

-----Não queria deixar de propor este voto de pesar por estas duas figuras e que pudéssemos guardar um minuto de silêncio.”-----

-----A Assembleia Municipal exarou dois votos de pesar em memória do Dr. Jorge Coelho e do Dr. Almeida Henriques e guardou um minuto de silêncio em sua homenagem.-----

1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** “para fazer uma declaração. Celebramos hoje 47 anos sobre a Revolução dos Cravos, momento fundador da Democracia e berço da Liberdade. O dia em que nos libertámos das amarras da Ditadura e nos tornámos livres. Livres de pensar, livres de escolher, livres de criar, livres de construir. A realização, nos últimos anos, da sessão da Assembleia Municipal no dia 25 de Abril, é uma forma, ainda que simbólica, de celebrar Abril, mas também o poder local democrático e as nossas organizações, que construíram o Portugal que somos hoje. Foi neste órgão, Assembleia Municipal, que iniciei a minha vida política autárquica. É por isso aqui, que quero partilhar, pela primeira vez, e de forma pública, após longa e profunda reflexão, uma decisão pessoal. Farei, nos próximos anos, uma pausa na actividade política e, conseqüentemente, não serei recandidato a Presidente da Assembleia Municipal, nem integrarei qualquer lista candidata a qualquer órgão, nas próximas eleições autárquicas. Esta minha decisão funda-se, única e exclusivamente, em razões de natureza profissional. Há pouco mais de um ano abracei um novo desafio profissional, desta feita no mundo empresarial, que enfrenta tempos muito desafiantes, gerados por uma pandemia que mudou tudo e nos obriga a repensar estratégias e prioridades. Pouco mais de um ano volvido, a actividade que desenvolvo aqui em Arganil, no sector privado, na empresa em que iniciei a minha actividade laboral, a Sulpasteis, preenche-me pessoal e profissionalmente. As responsabilidades crescentes que tenho vindo a assumir no seio empresarial, a diversidade das ações que é necessário pensar, planear, executar e monitorizar, exigem dedicação máxima e a capacidade de nos focarmos no presente e futuro da empresa. Neste contexto, porque na vida há sempre um tempo para tudo, este é o momento de trabalhar em exclusivo na minha actividade profissional, à qual pretendo dedicar, com o maior empenho e entusiasmo, os próximos anos da minha vida. Contudo, cumprirei as minhas funções de Presidente da Assembleia Municipal até ao último dia deste mandato autárquico. São quase 24 anos de vida política activa, sem interrupções, sendo agora o tempo de fazer uma pausa.-----



Assembleia Municipal

-----A política é um meio para servirmos os nossos concidadãos, não pode nunca ser um fim, nem dela dependermos para viver ou trabalhar; se assim não for, perdemos a independência, o espírito livre e a energia de mudança, que fazem a diferença na liderança de cada comunidade. Sou defensor há muitos anos do princípio da limitação de mandatos, como um bom instrumento para a regeneração, refrescamento e até rejuvenescimento da actividade política. É também agora o tempo de dar o exemplo e abrir o espaço e oportunidade para o surgimento de novos protagonistas e novas formas de estar e de fazer mais, em prol da nossa comunidade. A participação cívica não se esgota na actividade política e há mais vida para além da política. Continuarei por isso a viver e a trabalhar em Arganil, procurando ajudar, agora de outra forma, o nosso concelho no caminho do progresso e do desenvolvimento.-----

-----Não quero terminar sem antes dirigir algumas palavras de reconhecimento e gratidão: ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luis Paulo Costa, a quem desejo o maior sucesso na liderança dos destinos do concelho, contando com o meu incondicional apoio, convicto de que possa prosseguir com a sua equipa, o muito e bom trabalho desenvolvido nos últimos 4 anos. A todas e a todos com quem ao longo destes anos tive o privilégio de trabalhar, no Poder e na Oposição, pela colaboração e pela forma como se dedicaram à vida autárquica. Aos Presidentes de Junta de Freguesia, pela determinação, tenacidade e espírito de parceria, com que pautaram sempre a sua actuação. Às Instituições e às Pessoas, pela pressão, pelo envolvimento e pela participação activa na execução da estratégia de desenvolvimento do concelho. A todos vós, membros da Assembleia Municipal, com quem tem sido um prazer trabalhar, pela colaboração e atitude sempre construtiva, de, na diferença e na diversidade, ser sempre possível honrarmos, todos, o órgão para o qual fomos eleitos.-----

-----A pandemia mudou as nossas vidas, as nossas prioridades, a nossa forma de estar em sociedade. Também por isso, a política de hoje é diferente da política de ontem, e será diferente da política de amanhã, mas há um traço comum, que sempre se mantém, são as pessoas; são elas que inspiram o desenvolvimento das políticas públicas e têm de ser elas sempre a primeira prioridade. Estar presente, próximo e atento aos problemas das pessoas é a marca distintiva de quem lidera uma estratégia com rosto humano e essa é sempre a forma mais nobre de fazer política e melhor servir os arganilenses. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** para referir que “aquilo que trago para partilhar convosco tem muito a ver com esta data que hoje celebramos. Hoje é dia de celebrar. É dia de celebrar mudar de Liberdade e Democracia e também dia de a evocar. Não podia, por isso, deixar de fazer uma referência à data que hoje celebramos e que permite a cada um estar aqui, como já foi referido, e exercer este papel com liberdade. Esta liberdade que se fundiu num dia tem que ser conquistada todos os dias e tem que estar para além de todas as



Assembleia Municipal

divisões, esta liberdade tem que ser de todos, tem que ser deste país, tem que ser deste concelho, deste território. Se não for assim, se a liberdade não for de todos, perde-se a liberdade e não há nada mais contrário à sua natureza do que fazer a liberdade só de alguns. Reconhecendo todas as melhorias que aconteceram no país ao longo destes 47 anos e como já foi recordado pelo Senhor Presidente, que tenha sido fundada a democracia, permitam-me que hoje aproveite este espaço privilegiado para, enquanto responsabilidade colectiva, nos lembrarmos dos muitos desafios que é urgente assumirmos. Num estudo que é publicado no Expresso, este fim-de-semana, entre diferentes níveis, 83% dos portugueses consideravam que a vida portuguesa democrática, aquela pela qual lutámos há 47 anos, pela qual lutaram, eu tive o privilégio de a receber, consideram-na defeituosa e 74% acredita que a maioria dos políticos não se preocupa com o que as pessoas pensam; esta é a nossa realidade, uma democracia onde as pessoas se sentem profundamente distantes dos seus representantes, nos quais têm dificuldade em confiar, está frágil e isso deve-nos preocupar a todos. Não reconhecer isso é um perigo. Acreditar que não terá consequências e que não temos que fazer nada, também o é. Quando o fosso entre os eleitos e os eleitores é grande, o alheamento perante a democracia aumenta e há movimentos que a querem minar. Num ano particularmente exigente, em que, como também já foi referido, a pandemia por tantas vias transformou e continua a transformar tantas vidas, num país onde o povo, todos os dias, faz o país evoluir, adaptando negócios, adaptando vidas, num país onde tantos resistem lutando, temos que conseguir construir um país melhor, porque precisamos de melhorar o país. Assumir a urgência de mudar o sistema que protege, muitas vezes, demasiadas vezes, blocos de interesse sempre prontos a trabalhar, resguardados de poder. Assumir um desafio colectivo de introduzir transparência neste sistema; afinal, a opacidade só serve os menos sérios. E não estou a falar de partidos, estou a falar de todos os políticos que, sem excepção, tantas vezes visam e se alimentam de um sistema que protege cargos e satisfação de certos interesses. No 47º aniversário do 25 de Abril permitam-me perguntar a todos: é, afinal, hoje o povo quem mais ordena? O medo e a desconfiança das instituições o seu mau funcionamento, o medo e a desconfiança das lideranças, corrói, de facto, a democracia. E dará, e esta é uma responsabilidade de todos, às pessoas a necessidade de encontrar tantas vezes outras respostas, noutros caminhos. Só fortalecendo esta democracia e esta liberdade conquistada damos argumentos às pessoas para não seguirem estes caminhos e terem confiança nesta liberdade e nesta democracia. O memorado de Abril parece-me sobretudo este: celebrá-lo, e muito, mas fazê-lo nascer de novo, todos os dias, para que não só a madrugada de há 47 anos mas todos os dias sejam um dia, iniciado, inteiro e limpo, porque que as pessoas para quem trabalhamos merecem vivê-lo.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “desejo ao Senhor Presidente as maiores felicidades às escolhas profissionais e pessoais que fez e que nos apresenta.-----

-----Gostava de começar a minha intervenção referindo a questão de estarmos a viver mais um 25 de Abril; não vou debruçar-me em questões mais profundas sobre o 25 de Abril porque para isso perdíamos e perdemos mais uma vez a oportunidade de poder fazer desta uma sessão nobre, uma sessão mais alargada em que os representantes dos diversos partidos com assento na Assembleia pudessem intervir e utilizar o seu tempo precisamente para uma intervenção mais profunda e deixarmos a Assembleia Municipal para discutir as questões concretas dos problemas e das circunstâncias da ação política no município. O 25 de Abril tem sido ultimamente, tal como disse a Elisabete, pouco celebrado e o simbolismo da sua celebração também é importante, porque reforça o valor da sua memória, que tende a ficar ténue. E é o 25 de Abril e a democracia, e a estabilidade da democracia, que permite que, ao mesmo tempo, possamos estar a viver o momento que estamos a viver; estamos a viver um momento em Arganil por exemplo de pré campanha, de festa da democracia, e fazendo esta transição para a ação política do executivo, percebemos que estamos numa fase de forte dinâmica de apresentação de candidaturas e de proto - projectos e de outro tipo de apresentações. Quero, desde já, felicitar o Senhor Presidente e o seu executivo para a possibilidade de poder avançar com duas obras que muito me dizem, porque acho que são importantes. No caso do Cineteatro Alves Coelho, folgo muito e vejo com muita satisfação que avançamos, se calhar no carro do Michael J. Fox, rapidamente para 2015, voltámos a um tempo de concórdia entre as instituições; eventualmente por alguma teimosia, perdemos 6 anos, mas penso que, e tendo por bom o projecto, que tenho a certeza que é muito bom, porque conheço quem o fez, gostava que tivesse sido já apresentado aos munícipes e à comunidade, mas percebo também o decoro e a cautela que o Senhor Presidente tem em apresentar o projecto, porque também me lembro de ter vindo à apresentação pública de um projecto para a Requalificação da Praça Simões Dias, e esse projecto não ter avançado e dele, apenas ter sido feito um 3D. Acredito que se avance, espero que se avance, conto que se avance, e fico muito contente que possamos ter uma luz ao fundo do túnel da recuperação do Cineteatro Alves Coelho. Da mesma forma que acho fundamental a requalificação do perímetro alargado da Lomba do Canho e a sua associação em termos de criação de pacote cultural, pedagógico e turístico, às margens do Rio Alva, nomeadamente a ligação entre as Secarias e a Praia Fluvial da Peneda Talhada; todo esse trecho do Rio Alva merece uma intervenção integrada e folgo muito ver o Senhor Presidente agora do lado dos que acham isso importante. Isto são apresentações, são projectos que estão sujeitos a candidaturas que têm que ser aprovadas, e fazendo uma analogia ao futebol, é fruta da época, estamos em momento de pré época, eu diria até um momento de mercado, onde são apresentadas promessas, onde são



Assembleia Municipal

apresentadas intenções e até onde são apresentadas contratações de novos jogadores para a sua equipa.-----

-----Gostava de questionar, porque a visitei, sobre a obra no largo do Piódão; o que se passa, em 2019 o Senhor Presidente não avançou com a obra, ou fez um delay no início da obra, por via de não interferir com os fluxos turísticos dos visitantes e o conforto da visita ao Piódão. O que acontece desde 2019 até agora é que a obra está a decorrer muito mal; o pavimento do largo foi levantado, temos neste momento uma intervenção que se limita ao espaço interior, o que está perspectivável é que se prolongue para dentro da Primavera e do Verão deste ano. Já confinámos, já desconfinámos, já reconfinámos, já estamos outra vez fora da toca, eventualmente poderemos voltar a confinar, e o largo do Piódão está, claramente, atrasado na sua intervenção e o que temos para oferecer, como eu vi nesta semana, a um conjunto de visitantes, é um largo descaracterizado, o postal ilustrado da região Centro, numa imagem bastante degradada e deficitária que prejudica não só os habitantes do Piódão, prejudica os visitantes, prejudica os comerciantes, e prejudica a imagem do Piódão e do concelho. Senhor Presidente, gostávamos de ouvir a sua explicação ou as circunstâncias que levam a que esta obra esteja a decorrer de forma tão prolongada e tão deficitária.-----

-----Também gostava de saber qual é o road-map das intervenções na vila de Arganil porque já me perdi um bocado; já não sei bem o que está dentro da empreitada, o que está previsto fazer nos próximos tempos, se vai ser feito mais alguma coisa.-----

-----Para terminar, já perguntei uma vez, a resposta não me pareceu muito convincente, sobre a Quinta do Dr. Urbano na Benfeita, quando é que é a inauguração, se vamos também receber um e-mail com o convite; desde já agradeço o convite para hoje, mas não vou poder estar na inauguração do edifício dos Paços do Concelho, até para poder dizer mal com outra autoridade. Em relação à Quinta do Dr. Urbano gostava de saber quando recebemos o convite.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “hoje, dia 25 de Abril, quero saudar todos os que participaram na realização desse acontecimento nacional que comemoramos hoje. Saudar igualmente os que mantiveram o espírito para alimentar essa estrutura intelectual e saudar os que conseguiram, através destes 47 anos, melhorar a vida do nosso país.-----

-----As minhas propostas hoje, para a melhoria de vida do nosso concelho, passam por: no aspecto da poluição que é muito notória no Rio Alva, em Côja, Vila Cova e povoações junto ao rio, vê-se com frequência espuma que pressupõe talvez produtos químicos contrários à vida no rio. Eu propunha que o departamento do Ambiente, da Câmara, tentasse resolver esses problemas. Outro assunto que me parece interessante de resolver pela Câmara, é que na povoação dos Parrozelos a população tem aumentado bastante ultimamente, passou de 4 residentes permanentes para 28 residentes permanentes e as obras que deviam ter sido feitas



Assembleia Municipal

para o abastecimento de água na povoação ainda não foram feitas, o que conduz a preocupações para a época de Verão. Outro aspecto é de natureza económica, já aqui falámos no engenheiro Jorge Coelho, eu propunha que as pessoas do departamento económico da Câmara tentassem estudar o melhor possível o projecto que ele desenvolveu em Mangualde, uma zona relativamente próxima, com vida e serra semelhante, em que apoiou 40 rebanhos e dinamizou uma queijaria onde criou riqueza suficiente para todo o conjunto de pessoas que lá trabalha e para a povoação. Nós não podemos esquecer que o país tem actualmente uma dívida extremamente grande cerca de 130% do PIB actual, e vivemos numa zona extremamente rica, mas não temos tido imaginação para explorar essa riqueza. Hoje, um dia de chuva maravilhoso, faz com que todas estas serras à volta se encham de produtos vegetais, e que no Outono caem as folhas, criam aquela manta morta que se transforma ao longo dos anos em terra e que, em verões secos, alimentam os incêndios. Nós temos capacidade para aproveitar toda essa riqueza enquanto planta verde a Universidade de Trás-os-Montes tem um departamento de agricultura de montanha, por isso proponho que a Câmara, no departamento económico, estudasse o melhor possível e desenvolvesse projectos nessas áreas. Nós temos disponíveis verbas enormes que não são gastas em Portugal que não têm sido aproveitadas; devíamos saber aproveitá-las, proponho que a Câmara tenha a capacidade para estabelecer acordos com essas entidades.-----

-----Outro aspecto que me parece de interesse é que continua a haver dificuldade nas comunicações de telemóvel na zona da serra; algumas aldeias, os Presidentes das Juntas da Cerdeira, do Piódão, e dos Cepos talvez conheçam essa solução, porque algumas aldeias estabeleceram com as empresas de telecomunicações contratos em que colocam lá equipamentos que permitem a sua divulgação e a sua repetição. Numa época em que as telecomunicações se desenvolveram tanto, proponho que o município, através do seu departamento conveniente, resolva esses problemas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Nuno Espinal** para referir que “longe vão os tempos em que os aniversários do 25 de Abril eram, essencialmente, celebrados com a participação popular.-----

-----Mas, desde há muitos anos para cá, a maioria das comemorações fecha-se em “Salões Nobres”, ou em “Praças de Ostentação Camarária”, tudo numa formalidade, que arrasta, tão só, a classe dos notáveis dos Burgos.-----

-----Tenho pena que assim seja.-----

-----Porque na sua essência o 25 de Abril foi, essencialmente, para o POVO.-----

-----Recordo, já lá vão 47 anos, as manifestações populares que por todo o país explodiram e em que se celebrava, com grande emoção, a Liberdade.-----

-----Estive presente, no entusiasmo indescritível de populares, no Largo do Carmo, aquando do 25 de Abril, onde, em cima de uma viatura militar, um oficial do MFA



Assembleia Municipal

exigia, usando um megafone, a abertura dos portões do Quartel da GNR, quartel onde Marcelo Caetano se acoitava.-----

-----Soube depois que esse Militar, com a patente de Capitão, se chamava Salgueiro Maia, para mim, o maior herói do 25 de Abril.-----

-----Eu tinha, na altura, 27 anos e por ter vivido nas trevas fascistas, o 25 de Abril foi para mim uma das páginas mais exultantes de todo o livro decursivo da minha vida.--

-----Vivi o tempo do medo e da miséria.-----

-----Hoje olho esta sala e vejo gente nova, que não viveu, e ainda bem, os tempos tenebrosos do antes da Revolução dos Cravos.-----

-----Não cresceram com o medo, não testemunharam as imagens de miséria que grassaram por todo o país.-----

-----Não cresceram com a intolerância, a repressão, num país ensimesmado, fechado ao Mundo, não foram encaixotados para as colónias, para participarem numa Guerra sem sentido, que nos granjeou inimigos por todo o Mundo.-----

-----Uma guerra contra povos que, por direito, almejavam a sua independência.-----

-----Uma Guerra que matou e estropiou tantos jovens portugueses.-----

-----Mas, eu sei, que todos os jovens aqui presentes e todos aqueles que pela idade ainda não tinham consciência da situação política e social que constrangia o Povo deste nosso Portugal, no tempo do fascismo, que entendem a Revolução de Abril como uma grande conquista, a conquista da liberdade.-----

-----E transcrevo as palavras de uma jovem que são eloquentes e exaltantes da Revolução de Abril;-----

-----Diz assim:-----

-----25 de Abril de 1974? Uma conquista dos que se atreveram a sonhar e a falar, para além do que lhes era permitido e que com os seus sonhos e palavras abriram a todos o véu de um mundo novo: este nosso país em que hoje vivemos, graças à revolução de Abril.-----

-----E foi, de facto, a Revolução de Abril que garantiu aos portugueses o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, com a legalização de partidos políticos, através da Constituição de 1976, permitindo a expressão livre, o direito ao voto, eleições livres, liberdade de expressão dos órgãos de comunicação, constituição de sindicatos, Poder Autónomo às Autarquias e direito à greve.-----

-----Foi com a Revolução de Abril que foi desmantelada essa polícia sórdida, maléfica e horrenda, que tantas atrocidades cometeu, que tantos portugueses assassinou, estropiou, acorrentou: a odienta PIDE.-----

-----Foi, logo no dia seguinte ao da Revolução, que foram libertados os presos políticos da Prisão de Caxias e de Peniche.-----

-----Os líderes políticos da oposição no exílio regressaram ao país nos dias seguintes. Passados alguns dias, o 1.º de Maio é celebrado em plena liberdade nas ruas, pela primeira vez, em muitos anos. Em Lisboa, na grande manifestação em que participei, juntou-se cerca de um milhão de pessoas.-----



Assembleia Municipal

-----Procedeu-se à descolonização, os países foram entregues aos seus próprios Povos, terminando, assim, a Guerra Colonial, completamente desligada da vontade do Povo Português.-----

-----Após a adesão à Comunidade Europeia, que se verificou em 1986, o nosso país passou a receber fundos, do Quadro Comunitário de Apoio, e foi patente a melhoria da nossa economia e da vida dos portugueses, deixando Portugal de ser o país atrasado da Europa, aproximando-se do nível de vida dos países da União Europeia.

-----Entretanto termina a promiscuidade ente a Igreja e o Estado, que passa a rotular-se de Estado Laico.-----

-----Foi instituído o salário mínimo nacional, outra das grandes conquistas de Abril. Salário mínimo que regularmente é revisto, criando, cada vez mais, melhores condições de vida a trabalhadores portugueses.-----

-----Foi também criado o pagamento de pensões sociais a pessoas que nunca tinham descontado para a previdência e ao longo dos anos foram criados novos subsídios a pessoas carenciadas.-----

-----Foi consagrado o pagamento do 13º mês e do subsídio de férias e foi estipulado o subsídio de desemprego, ao mesmo tempo que as mulheres passaram a ser beneficiadas nos seus direitos profissionais.-----

-----Portugal foi concretizando, assim, o seu estatuto de “Estado Social”, emergindo como maior bandeira das medidas sociais criadas, desde o ano de 1979, o Serviço Nacional de Saúde, através do qual o Estado Português assegura o direito à saúde a todos os cidadãos portugueses.-----

-----Senhores Presidentes, vereadores, deputados:-----

-----Podemos afirmar que tudo está perfeito ou que se caminha para a perfeição, neste nosso Portugal, ao longo dos anos de vivência do espírito de Abril? Evidentemente que não, até porque a perfeição é um conceito subjectivo, atinente ao pensar de cada um. O que eu elejo como o perfeito para mim, poderá não o ser para outro ou outros.-----

-----Mas, só por má fé, ignorância e estupidez se poderá negar que o país é outro e melhor.-----

-----Um país bem distante da miséria de então, do obscurantismo, das desigualdades gritantes, da repressão, das infra-estruturas improdutivas ou inexistentes.-----

-----Termino, meus senhores, com um poema meu de exaltação à liberdade. E ao exaltar a liberdade, celebro o 25 de Abril de 1974.-----

Quando as folhas dançam e esvoaçam
E com elas danço e esvoaço
Suspensos do bracejar do vento
Que arrasta um tempo de quimera.

Então, a sós com a Natureza,
Em tons de primavera,



Assembleia Municipal

Perscruto-lhe o sentir.
E uma voz solene, que logo se esfuma,
Diz-me, em pulsar breve,
No exíguo clarear de súbita bruma:
Que estou no absoluto da liberdade.

Mas, refaz-se a realidade:
E logo me asseguram
Liberdade? Tem limites!
E entre o deve e o haver,
Ouço dizer:
A minha liberdade termina quando a dos outros começa...
Que assim seja!
Liberdade sempre!
Em cravo de Abril que viceja.

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “começo por dizer que é com muito gosto que vos revejo a todos, e que espero, apesar de ser adepto das novas tecnologias, que não tenhamos que voltar ao formato on-line nas nossas Assembleias. Espero que não haja mais retrocessos no combate a esta pandemia e que o caminho para a normalidade possa ser feito, passo a passo, mas sempre no sentido de marcha em frente.-----

-----Hoje, neste período antes da ordem do dia, gostava de partilhar convosco alguns temas sobre os quais já entrevi no passado.-----

-----Relativamente ao Tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos:-----

-----Como é do conhecimento de todos os presentes, como consequência das necessidades de promover investimento nas infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento do nosso concelho, bem como das alterações legais promovidas, houve necessidade de realizar um ajuste ao tarifário municipal de água, saneamento e resíduos sólidos. Após a introdução deste novo tarifário, surgiram algumas críticas, em particular ao nível das redes sociais, contestando a decisão do executivo e os novos valores aplicados. Obviamente que se compreende, pois faz parte do comportamento humano manifestar desagrado quando se é sujeito a ter que pagar mais pelo mesmo produto/serviço. É por aqui que começo. É de elementar justiça dizer que em Arganil - falo enquanto São Martinhense, mas julgo que se aplica de igual forma à generalidade dos Arganilenses - a qualidade do produto/serviço é agora incomparavelmente melhor e por si só seria uma justificação a considerar, mas vamos por aquilo que me parece ainda mais válido que se analise: o preço pago por estes serviços, quando comparados com o restante território nacional e em particular com os restantes concelhos do nosso distrito.-----

-----Quando os dados apresentados são tratados pelo município ou por algum de nós, com ligação à gestão municipal, é fácil que possam ser considerados tendenciosos. Quando são tratados e partilhados por uma entidade que tem como



Assembleia Municipal

actividade a defesa do consumidor, a única tendência que podem transmitir é a verdade.-----

-----A DECO Proteste publicou recentemente um estudo por si realizado onde está evidenciado que Arganil, a par de Cantanhede, são os municípios do nosso distrito que praticam as tarifas mais baixas para os serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Para um enquadramento ainda mais exacto, é importante referir não apenas esta liderança, mas também o facto destas tarifas em Arganil chegarem a ser 45% mais baratas que noutros concelhos deste mesmo distrito.-----

-----Referi no passado que na minha opinião tinha sido tomada a melhor decisão possível no que à gestão destes recursos diz respeito. Assistimos recentemente a contestações muito significativas em alguns dos concelhos vizinhos relacionadas com esta temática. Em Arganil, com base nas decisões tomadas, foi possível realizar uma melhoria muito significativa, promovendo investimentos *record* nas infra-estruturas afectas a este tema, melhorar de forma também muito significativa a qualidade do produto e do serviço prestado e simultaneamente manter um tarifário amigo dos Arganilenses.-----

-----O fornecimento de água com qualidade e em quantidade, a um preço acessível, era um eixo prioritário para este executivo e o que está feito e que é comprovado por este estudo da DECO, só demonstra que a prioridade foi levada muito a sério.-----

-----Relativamente às Empresas PME Líder do concelho de Arganil:-----

-----Foi divulgada recentemente pelo IAPMEI a listagem das empresas do nosso concelho que mereceram a distinção com o estatuto de PME Líder. Quando vivemos um dos momentos mais difíceis de que há memória em que muitos empresários se vêm obrigados a lidar com assuntos que não faziam parte do seu quotidiano, é muito importante que as nossas empresas dêem sinais claros de saúde e estabilidade. Prova adicional da qualidade do desempenho do nosso tecido empresarial é o facto de algumas das empresas distinguidas com Líder, merecerem também a distinção de Excelência.-----

-----Empresas sólidas, dinâmicas, capazes de contribuir com empregos estáveis, são fundamentais para a contínua evolução do nosso concelho.-----

-----A todos os administradores e quadros de colaboradores das 14 empresas agraciadas com a atribuição deste estatuto de PME Líder, endosso os meus parabéns. Faço votos que consigam manter este estatuto por muitos e bons anos.----

-----Relativamente ao Teatro Maestro Alves Coelho:-----

-----Conhecida que é a celebração da escritura entre o Município e a Misericórdia de Arganil, para a cedência do direito de superfície pelo período de 50 anos do edifício do Teatro Maestro Alves Coelho, julgo que possa dizer que foi dado mais um passo muito importante para a realização de tão desejada obra de requalificação deste emblemático edifício de Arganil.-----

-----Somos conhecedores, através da informação anteriormente partilhada pelo Senhor Presidente da Câmara, que o avançar desta obra está condicionado à



Assembleia Municipal

aprovação de uma candidatura, a efectuar ao quadro comunitário tão breve quanto possível. Dado o elevado investimento a realizar, é natural que assim seja.-----

-----Tenho que estar confiante que esta candidatura vai ser submetida e aprovada e que finalmente a obra poderá avançar em breve e digo-vos porquê: em primeiro lugar, porque é um processo já com um elevado estado de maturação; em segundo lugar, porque o executivo tem tido um trabalho exemplar no que a candidaturas a apoios comunitários diz respeito – neste aspecto, permitam-me dar dois belíssimos exemplos disso mesmo: o processo de candidatura para recuperação das infra-estruturas afectadas pelos incêndios de 2017 e a candidatura para expansão da Zona Industrial da Relvinha; e para finalizar, porque é de esperar uma atitude de reprogramação de verbas de um quadro comunitário em final de execução para evitar a devolução de dinheiro à Europa.-----

-----Num processo emperrado há demasiado tempo e de gestão sensível, julgo que é merecido o reconhecimento a este executivo pela capacidade de criar entendimento com a Misericórdia de Arganil para resolução deste impasse.-----

-----Com o edifício dos Paços do Concelho, que esta tarde teremos o prazer de poder conhecer, devidamente requalificado, com perspectivas reais do Teatro Alves Coelho vir a ser requalificado em breve, este executivo vai demonstrando continuamente a sua capacidade para executar obra. Olhando para a vila de Arganil, e considerando o que foi feito, o que está em execução e o que se julga ser possível executar num futuro próximo, para fechar devidamente este quadro, é necessário encontrar uma solução para a intervenção necessária na Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos para que o processo da requalificação do espaço público possa também ele ser executado sem reservas.-----

-----Relativamente ao Rally de Portugal:-----

-----Gostava também de partilhar convosco algo que julgo que nos deve orgulhar a todos. Passados quase 20 anos, é muito bom voltar a ver o nome de Arganil partilhado por todo o mundo na votação para melhor etapa de rally do campeonato do mundo de ralis. Sinto orgulho enquanto português pelo claro destaque de ter as duas etapas mais votadas e sinto orgulho em particular enquanto Arganilense por perceber que a Capital, apesar de adormecida por um longo período, não perdeu o encanto e reconhecimento no universo dos aficcionados dos ralis.-----

-----O ano de 2020 trouxe-nos uma interrupção forçada que ao que tudo indica, felizmente, não terá continuidade em 2021. As restrições existirão por questões óbvias e naturalmente que a salvaguarda da saúde de todos tem que estar acima de tudo, mas contar com a prova no nosso território será mais um passo no caminho do regresso à normalidade.-----

-----A este propósito, consciente de que a decisão não compete ao Município, mas que será naturalmente parte envolvida, Senhor Presidente, questiono-o: há alguma informação que possa partilhar connosco acerca da edição de 2021 do WRC Rally de Portugal? Há alguma possibilidade do evento, ao realizar-se, ser aberto ao público? O “feriado” não se comemorou em 2020, mas a vontade de o comemorar



Assembleia Municipal

em 2021 existe em dobro, mesmo que de máscara e com todas as restrições que esta pandemia nos imponha.-----

-----Para terminar, dou nota da passagem do pelotão nacional de ciclismo de estrada hoje no nosso concelho com a realização da Clássica Aldeias do Xisto. Com saída na Benfeita e uma parte significativa do percurso a passar no nosso território. Com as excelentes condições da nossa rede viária temos todas as condições para receber este tipo de provas. Só espero que as condições climatéricas não obriguem ao cancelamento da prova. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Tamára Simão** para referir que “estamos em estado de emergência. A democracia está em estado de emergência.-----

-----Um pouco por todo o mundo percorre-se um caminho eleitoral rumo ao colapso, um caminho que não é evidente para todos. Não há tanques nas ruas; os textos constitucionais e outras instituições democráticas continuam de pé; as pessoas continuam a votar.-----

-----Os autocratas eleitos mantêm uma aparência democrática, ao mesmo tempo que desenvolvem meios de subversão da democracia. O grande problema reside, em parte, na população que não compreende imediatamente o que está acontecer, continuando a acreditar que vive num estado democrático.-----

-----Não existe um momento claro de ruptura ou de golpe, não há nada que faça soar o alarme. Esta é uma realidade que também nos afecta a nós portugueses.-----

-----As crises económicas e o descontentamento da população são normalmente dois ingredientes fatais para que um “outsider” político ganhe popularidade. E é nos momentos difíceis que a população se sente mais seduzida pelos discursos populistas.-----

-----A população procura uma resposta rápida e eficaz. Por isso mesmo, o âmago dos apelos populistas são as soluções superficiais e simplistas.-----

-----Perante políticos que parecem ser cada vez menos capazes de governar o mundo, os eleitores estão também cada vez mais disponíveis para votar em alguém que prometa uma solução simples.-----

-----Um teste essencial para as democracias é, mais do que saber se tais figuras emergem, averiguar se os líderes políticos, e sobretudo os partidos políticos, trabalham para os impedir de ganhar poder. Independentemente da circunstância, estes deveriam ser capazes de recusar apoiar tais personalidades ou de se alinharem com elas e com os seus ideais.-----

-----É desta coragem política que precisamos em todos os líderes políticos da esquerda à direita. Acordos e coligações com aqueles que todos os dias desafiam os ideais da democracia portuguesa fazem com que este estado de emergência da democracia se perpetue.-----

-----Isolar extremistas e populistas exige coragem política. Colocar a democracia e o país acima do partido exige coragem política.-----



Assembleia Municipal

-----É desta coragem política que precisamos de falar hoje mais do que em qualquer outro dia. A coragem política daqueles que saíram à rua no dia 25 de Abril de 1974; a coragem política daqueles que, durante anos, trabalharam para que o 25 Abril de 1974 fosse possível; a coragem política daqueles que não chegaram a usufruir da democracia portuguesa; a coragem política daqueles que hoje continuam a lutar pela democracia portuguesa e pela democracia europeia.-----

-----Por isto tudo que vale a pena recordar, importa celebrar e dignificar o 25 de Abril. Desenganem-se aqueles que acham que não é necessário estar alerta pois, a menos que os defensores da democracia consigam fazer frente aos populistas, a democracia estará sempre em risco de cair numa ditadura pura e simples.-----

-----Assim como Ana Catarina Mendes referiu o ano passado, após tantas críticas à celebração desta data, hoje eu sublinho e cito a mesma: “Evocar o 25 de Abril não é apenas celebrar, é renovar o compromisso. A liberdade é uma flor delicada. Este é o próximo desafio das nossas vidas”.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Inês Borges** para dizer que “falo-vos sobre o Programa Bairros Saudáveis.-----

-----Na freguesia de Arganil, mais precisamente no bairro S. Vicente de Paulo, existe uma zona habitacional que apoia famílias carenciadas, nomeadamente através da cedência de habitações a título gratuito, de grande diversidade multicultural e que usufrui de respostas sociais solidárias.-----

-----A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Arganil, numa parceria com a Câmara Municipal, candidatou-se a este programa com o intuito de intervencionar 14 habitações.-----

-----O Programa Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. Financia, com um montante máximo de 50.000 euros, projectos apresentados por parcerias locais para melhorias nesses territórios. A dotação do programa é de 10 milhões de euros e prevê a promoção de iniciativas de desenvolvimento e capacitação das comunidades locais, viabilizando intervenções céleres e eficazes que criem comunidades mais resilientes, inclusivas e saudáveis, assim como eliminar as barreiras ou factores de discriminação, contribuindo para uma imagem positiva das mesmas.-----

-----A intervenção de restauro/conservação nestas 14 habitações, promove o bem-estar e conforto das mesmas, nomeadamente ao nível da cobertura, pintura interior e exterior, da criação de casas de banho em algumas delas, instalações eléctricas e acessibilidades.-----

-----Outras questões como integração dos indivíduos activos em Medidas Activas de Emprego, formação e qualificação profissional está também implícita, assim como a melhoria do espaço público envolvente, como a remoção de lixo e desperdício, assente na promoção de educação ambiental, uso eficiente de água, reutilização dos recursos, fomento das Hortas Biológicas e interajuda e troca de produtos entre



Assembleia Municipal

vizinhos.-----

-----Através da contratualização de estágio profissional de um técnico de Animação Socioeducativa que vai acompanhar, coordenar e dinamizar as actividades, é também esperado capacitar os indivíduos para um processo de mudança e de integração social, através da definição do seu projecto de vida, promovendo o envolvimento dos moradores nas questões relacionadas com o bairro, potenciando as redes de vizinhança e eliminando o estigma que neste momento lhe está associado. Está ainda prevista a criação de um Regulamento de Funcionamento do Bairro e um Código de Conduta do Residente.-----

-----Concluindo, este projecto visa contribuir para a melhoria de vida e dignidade humana de quem ali reside, em situação de vulnerabilidade social, através de intervenções concertadas.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria do Céu Paulino** para referir que “a minha intervenção é referente ao Programa de Bairros Saudáveis, criado pelo Governo, com a finalidade de melhorar as condições de vida de pessoas carenciadas e com alguma vulnerabilidade.-----

-----Saúdo todos os parceiros que fizeram parte do projecto e congratulo-me com o resultado da candidatura proposta para a recuperação do Bairro de S. Vicente de Paulo. A referida candidatura obedecia a 6 critérios de avaliação, que teriam de totalizar 76,5 pontos para ser financiada contudo, obteve a pontuação de 86,5 pontos.-----

-----Na candidatura esteve envolvida a Conferência Nossa Senhora da Assunção de Arganil, que ao longo de cerca de 15 anos foi responsável pela gestão deste bairro, um pouco problemático, como é do conhecimento geral. Várias vezes se fizeram deslocar várias vicentinas, principalmente a Presidente, a fim de resolverem problemas diversos. Nas nossas reuniões semanais foram tratados, com alguma frequência, assuntos relativos a pessoas residentes. Dentro da disponibilidade financeira da Conferência foram feitas várias reparações e pequenas obras nas habitações mais degradadas, até que passou a ser insustentável financeiramente a reparação das casas e telhados. Foi então decidido por unanimidade, fazer-se a entrega do Bairro à Fábrica da Igreja.-----

-----No seguimento da decisão, a Presidente e algumas vicentinas, foram falar com o Senhor Reitor Lucas Pio, colocando-lhe a situação e fazer-lhe a respectiva entrega.

-----Passados cerca de dois meses fomos contactados pela Dr.^a Helena Travassos para participarmos numa reunião no CLDS conjuntamente com outros parceiros a fim de dar início ao projecto.-----

-----Aguardamos com enorme expectativa pela renovação do agora denominado “Bairro Arco Íris”, que irá com certeza dar melhores condições de vida aos seus residentes.-----



Assembleia Municipal

-----Não sei, e gostava de ter conhecimento, se o referido Bairro poderá ser integrado na estratégia local de habitação de cariz social, sendo sinalizado para o efeito, embora seja pertença da Fábrica da Igreja.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para dizer que “o seguimento da declaração do Eng.º Ricardo Pereira Alves, Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de lhe desejar o maior dos sucessos nos projectos futuros e agradecer o seu empenho, a sua entrega ao Concelho, assim como saudar o modo como sempre conduziu esta Assembleia, com respeito, imparcialidade e liberdade.”-----

-----Concordar com o senhor deputado Nuno Espinal, na opinião de que muitas comemorações do 25 de Abril não são mais que um desfile de palavras declaratórias, afastadas da realidade do Povo, para quem foi feita a Revolução.-----

-----Uma Assembleia Municipal é uma das melhores homenagens que se pode fazer à Liberdade e ao 25 de Abril.-----

-----Passando ao conteúdo mais específico da minha intervenção, em 1º lugar, gostaria de saudar a iniciativa do Município, anunciada no passado dia 18 de Abril, aquando da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, de apresentar o projecto de valorização do Acampamento Romano da Lomba do Canho. Este projecto consiste na criação de um percurso para visita às marcas deixadas, pelos Romanos, pela exploração do ouro e a outros pontos de interesse locais ligados ao Rio Alva, que se assume, como sempre, como um recurso patrimonial que importa valorizar. É um projecto ambicioso, com a chancela e acompanhamento da Universidade de Coimbra e da reconhecida especialista em arqueologia e conterrânea, professora doutora Conceição Lopes. Poderá representar, para além da necessária preservação de marcas, um recurso educativo e turístico forte, pois, segundo a opinião transmitida nesse dia, a Lomba do Canho é um monumento singular no país e ainda há muito a descobrir na zona. Neste âmbito, gostaria de saber se existe alguma perspectiva temporal quanto à sua implementação.-----

-----Em segundo lugar e intimamente ligada à problemática da proteção e valorização do Rio Alva, no assunto da luta contra a Mini-hídrica do Vale das Botas, cabe-me deixar a informação de que decorreu, a 17 de Março, a audição parlamentar prevista por Lei à petição apresentada em 2020 contra a instalação desta estrutura.-----

-----Nesta audição, eu, enquanto primeira peticionária, tive oportunidade de apresentar os argumentos de todos sobejamente conhecidos, de dar conta da Moção aprovada por esta mesma Assembleia, há exactamente um ano e dos apoios e ações que têm sustentado a justeza desta luta.-----

-----Na audição, coordenada pela deputada do PS, Raquel Ferreira, estiveram presentes um deputado do PSD e um do BE. Expressaram unanimemente a sua



Assembleia Municipal

solidariedade para com esta nossa posição tendo, ainda, referido o deputado Paulo Leitão, do PSD, uma visita ao local no verão passado.-----

-----Feito este ponto de situação da minha parte enquanto primeira peticionária e uma vez que a declaração de impacto ambiental que sustenta este projecto (péssimo e desacreditado) viu caducado o seu prazo no passado dia 7 de Março, venho junto do Município, que tem sido o principal motor desta luta, perguntar se houve algum desenvolvimento ou alguma tomada de decisão por parte da Tutela a este respeito. Assim, a pergunta que todos fazem é: e agora?-----

-----De acordo com a Lei (Decreto Lei 151-B/2013), não pode haver lugar a uma segunda prorrogação, mas, sinceramente, estamos receosos que se fabrique uma lei à justa para este tipo de abuso...-----

-----O meu último apontamento é positivo e é relativo à colaboração do Município, juntamente com o Agrupamento de Escolas e Rádio Clube, com a CPCJ de Arganil, na campanha de sensibilização contra o problema dos maus-tratos infantis. O mês de Abril é dedicado a esta problemática, pela Comissão Nacional e foi pedido a todos os Municípios do país que iluminassem um edifício ou espaço público com a cor azul. A iluminação da EB1 de Arganil será uma forma de marcar como prioridade o bem-estar das nossas crianças e seria bom se outros espaços públicos das Juntas de Freguesia, por exemplo, fizessem o mesmo.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Margarida Figueiredo** para referir que “em primeiro lugar permitam-me também fazer uma referência à efeméride que hoje assinalamos e que entre muitas outras virtudes, permitiu a constituição do Poder autárquico democrático e a possibilidade de estarmos aqui, democraticamente eleitos, para defender o que julgamos melhor para as nossas gentes e para o território.-----

-----Neste sentido, Senhor Presidente, queria sensibilizá-lo e solicitar-lhe a sua intervenção, para o que consideramos ter sido um erro e diria mesmo uma desconsideração para o Povo de Vila Cova do Alva, por parte da Infraestruturas de Portugal.-----

-----Como é do conhecimento de todos, a IP procedeu, e bem, à pavimentação da EN 342 e ao arranjo do muro de suporte da Rua Sociedade Filarmónica Flor do Alva que ameaçava ruir. Este muro, de que vos falo, era encimado por pedras de cantaria de granito, que foram retiradas e substituídas por cimento.-----

-----Assim reitero tudo aquilo que um grupo de cidadãos já lhe fez chegar por escrito, quer a V.Ex^a, quer à União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, quer à Infraestruturas de Portugal e que resumidamente descrevo:-----

-----A reposição das pedras de granito na cobertura do muro da Rua da Sociedade Filarmónica Flor do Alva, que era originalmente em xisto e granito, e agora foi construído em betão pela I.P., e a pintura desse muro em branco, conforme o original e igual a todos os restantes muros ao longo da vila. Sublinhamos que esta é uma rua de entrada da Vila, com forte presença paisagística e turística, com vistas sobre o



Assembleia Municipal

Alva, e com forte cunho icónico e imagético na população - contrariamente ao alegado pela I.P., não foi respeitada a largura original do muro nesta nova versão em betão.-----

-----A reposição do passeio pedonal ao longo do muro da mesma rua e que foi alcatroado pela I.P. - contrariamente também ao alegado pela I.P. nunca existiu uma valeta junto ao muro, existiu sim um passeio para peões que deve ser repostado em pedra da calçada ou do rio, conforme ao pavimento contíguo e à traça histórica da vila, e sua classificação de Aldeia do Xisto.-----

-----Também recentemente a I.P. sem consultar a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, mudou as placas de sinalização de indicação de localidade, cerca de 900 metros adiante e colocou-as no meio da Rua da Sociedade Filarmónica Flor do Alva; e assim retirou da Vila, uma parte significativa do seu património arquitetónico, histórico e cultural: uma Fonte que abastece de água de mesa a população, e diversos miradouros de Vila Cova do Alva. Na resposta da I.P. à Câmara Municipal e a um abaixo-assinado da população, sugeria, a I.P., ter feito essa alteração em “prol”, dizia, “da garantia da segurança pedonal desde o miradouro até às primeiras habitações”. Ora, não se compreende como é que retirar a demarcação dos passeios, cortar nos limites do território e mudar uma placa promove a segurança pedonal, já que o que isto promove é exactamente o oposto; também não se compreende como a I.P. avançou com essa incompreensível ação, sem consultar os órgãos autárquicos democraticamente eleitos.-----

-----Por último, queremos colocar uma outra questão, não relacionada com a I.P. e que também, um grupo de cidadãos já remeteu à União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz. Diz respeito à utilização das águas do Alva pela mini-hídrica de Avô. Desde o início de Março que o caudal do rio teve uma redução de cerca de 70%, com pequenas variações episódicas. Assim, 70% da cascata está seca como em plena época de Verão e devido à estagnação das águas cresce uma enorme massa de limos e musgos que fica a boiar no meio do rio entre a ponte e a cascata - estamos perante uma situação de forte impacto ambiental em termos piscícolas, que afecta a sobrevivência e reprodução das espécies existentes e o seu habitat; e afecta também a qualidade da água para consumo humano do Sistema de Abastecimento de Águas aí sediado e que abastece diversas freguesias a jusante de Vila Cova do Alva.-----

-----Para tudo isto solicitamos a intervenção do Senhor Presidente.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **João Figueira** para dizer que “uma primeira palavra mais inesperada é de cumprimentar o Senhor Presidente e futuro ex Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo-lhe o papel que desempenhou até hoje no exercício de funções nos órgãos do poder local; muito obrigado pelo seu serviço à causa pública e os votos de melhores felicidades para a sua carreira pessoal, profissional e, quando considerar oportuno, no regresso à política.-----



Assembleia Municipal

-----Tinha umas questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, mais ou menos relacionadas entre elas; uma diz respeito ao sistema de Cadastro Simplificado e de que forma é que isso pode ser articulado com a mudança operada com o facto da Câmara Municipal de Arganil assumir também responsabilidades na co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor e com aquilo que tem sido o projecto que está a ser levado a cabo; agradecia também que pudesse abordar de forma tanto quanto possível desenvolvida, em relação ao projecto da Associação Floresta Serra do Açor, o que está em curso; de que forma é que estas três “políticas”, chamemos-lhe assim, podem mudar e que impacto é que poderão produzir no concelho e no território.-----

-----Outra questão, recentemente saiu no jornal Público, um artigo referente à reintrodução da figura do guarda-rios no Rio Tinto, nos arredores do Porto, uma figura que nós também já tivemos, aliás, um pouco por todo o país existiu, salvo erro até aos anos 1980, e que entretanto desapareceu; até que ponto é que nós, tendo alguns cursos de água com relativa importância, temos mais de 100 mil propriedades em cadastro no concelho, e temos muitas que ou são banhadas ou perto dos cursos de água, e tendo elas essa relevância para nós, esse valor do Rio Alva, a vários propósitos, temos o Rio Ceira e temos também ribeiras com relevância para o território, até que ponto é exequível a reintrodução desta figura, no âmbito concelhio? Já foram vários concelhos que fizeram isso, nomeadamente Maia, Gondomar, Valongo; até que ponto faria sentido nós darmos também uma atenção à valorização dos cursos de água e das propriedades que são lhe contíguas.-----

-----Queria ainda acompanhar as manifestações de regozijo com a recuperação anunciada do Teatro Alves Coelho; partilho sem qualquer reserva, é das melhores notícias que leio n`A Comarca de Arganil, ainda por cima esta ocupa a capa toda; é das melhores notícias, acho que só pode ser superada no dia em que o Teatro Alves Coelho estiver concluído e for reaberto ao público. Qualquer notícia que venha com o Teatro Alves Coelho na capa, por boas razões, é sempre bem-vinda e é sempre vista com enorme agrado com grande entusiasmo da minha parte e acredito que a maior parte dos presentes, senão todos, me acompanham neste voto.-----

-----Não podia deixar de referir a circunstância de hoje estarmos a comemorar o 25 de Abril, os 47 anos do 25 de Abril e acompanho as manifestações menos as preocupações que foram manifestadas em relação ao estado da democracia, pois não partilho desse temor, uma vez que dois partidos que têm sido dominantes no panorama político português nos últimos 47 anos, com particular destaque quanto ao tempo que ocupam no poder, o partido que hoje está no poder, e não considero, por via disso, apesar disso, que esteja em causa a democracia, pelo facto do partido que está no poder ter dominado muito largamente estes 47 anos de poder democrático que estamos a viver; não considero isso uma ameaça. Às vezes mais preocupante, mas não uma ameaça. Concordando só parcialmente com o que foi feito, não acho que, por este trabalho que estamos aqui a fazer, sejamos uns privilegiados ou a classe dominante, não nos vejo como isso; eu sou povo, também. Nós que aqui



Assembleia Municipal

estamos, todos, somos povo, não somos nenhuma elite. Se a celebração do 25 de Abril se pode fazer na rua, nada a opor, o tempo hoje não é muito convidativo para isso, mas se for feita dentro de um salão, também é válida, porque não há aqui ninguém que não seja povo, eu pelo menos reclamo-me nesse grupo; eu sou povo. Não tenho nenhuma vontade de celebrar o 24 de Abril, aliás, se há coisa que até do ponto de vista estético foi muito agradável, foi a deposição do retrato do Américo Tomás e do Marcelo Caetano na parede da escola primária. Esse “descerrar”, esse descer desses retratos não me trazem nenhuma saudade, pelo contrário, portanto vivo muito bem com isso, com essa mudança que foi operada e tenho a certeza que todos aqui partilharão disso e se sentirão como parte disso tudo. Aliás, se houve coisa que foi valorizada com a democracia, instaurada a partir do 25 de Abril, algum tempo depois, quando tomou forma formal, foi a de possibilitar uma reabilitação e o relançamento do poder local, de que nós somos o espelho vivo; nós somos povo. Em 24 de Abril, poucos ou se calhar nenhum dos que aqui estão, podia exercer estas funções, aliás, isto nem sequer existia, não se podia usar o direito de participar na coisa pública. Se nós aqui estamos devemos-lo a isso e, portanto, acho que estamos todos de parabéns. Terminando, e usando palavras que já aqui foram ditas, viva o 25 de Abril, viva Portugal e viva também Arganil.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** para referir que “aquilo que me traz aqui, o primeiro ponto é a preocupação que sinto e que me transmitiram principalmente os empresários da restauração, nomeadamente no Piódão; a pandemia, como sabem, está a afectar muito esta área, eu incluo-me nesses empresários da restauração, vamos a caminhar para 4 meses que estamos fechados e não é fácil; o ano passado estivemos aquele tempo todo fechados agora já estamos há quatro meses, dão possibilidades de reabrir mas com muitas limitações, é muito complicado. Como sabem nesta altura o turismo que nos visita é principalmente aos fins-de-semana e feriados e com esta limitação de termos que fechar às 13.00 horas nesses dias, para nós é muito complicado porque não conseguimos servir nenhuma refeição, nem almoços nem jantares. Penso que aquilo que se está a passar, no ano passado tínhamos uma percentagem por 100 mil habitantes, essa percentagem agora baixou, penso que no ano passado tínhamos 24 infectados no concelho de Arganil, este ano penso que baixou para metade portanto mais vem complicar a situação. Pelo conhecimento que tenho Arganil neste momento está a atingir esse risco vermelho, estávamos com grandes expectativas de, no início de Maio, aqueles que ainda não reabriram que ficássemos mais desafogados e mais à vontade para trabalhar, mas estamos muito apreensivos, porque se Arganil continuar assim, não sabemos quando é que conseguiremos trabalhar minimamente em condições. Penso que isto não faz grande sentido, sei que há concelhos na região cujas Câmaras e empresários já se manifestaram, porque isso não faz sentido, porque podem andar 500 ou mil pessoas a visitar o Piódão, mas na restauração só podemos receber uma pequena percentagem e se



Assembleia Municipal

cumprimos com as medidas de segurança, tanto faz andarem lá 500, mil, 50 ou 100, só podem estar dentro do restaurante aquelas pessoas, cumprindo essas regras, não faz sentido que só se possa servir quem já está dentro do restaurante até às 13.00 horas e depois dessa hora já não se possa servir ninguém. A partir das 13 as regras deviam ser as mesmas, cumprir com as normas de segurança, cumprir com a capacidade de 50%, acho que não faz sentido nenhum estas restrições; assim, estão a matar o sector e é muito complicado para nós. Espero que a Câmara nos consiga explicar o que se está a passar aqui em Arganil, se se confirmam os casos e se está a pensar tomar algumas medidas e reivindicar esta situação e tentar saber porque é que estas medidas são assim e se não podem ser de outra maneira.-----

-----Outra situação é que aqui nas serras sabemos como foi o incêndio de 2017, que foi catastrófico, e há planos de implementação de rebanhos no alto concelho de Arganil, no alto concelho da Pampilhosa da Serra, destes concelhos limítrofes à volta; nós já fizemos essa experiência ainda continuamos a fazer, não com cabras mas com ovelhas, no Piódão, e temos condições para voltar a ter as cabras, mas na altura que suspendemos isso, das cabras, a grande dificuldade que sentimos foi que tínhamos grande quantidade de leite, mas não tínhamos condições para criar uma queijaria. Arganil tem aqui uma zona privilegiada para se fazer uma queijaria a nível regional, que desse abrangência não só ao concelho de Arganil mas aos concelhos limítrofes, tenho a certeza que alguns empresários e pessoas individuais e colectividades teriam interesse nisso, ter alguns rebanhos na periferia das aldeias, que também defendiam as aldeias em caso de incêndios e tínhamos garantias que o leite ia ser escoado; o grande problema é esse, é que as pessoas têm as cabras mas não se pode fazer queijo de qualquer maneira, tem que haver uma queijaria certificada e se houvesse uma queijaria por exemplo na Quinta do Mosteiro, era muito importante. Há pessoas interessadas, gostaria que isso fosse considerado.-----

-----Relativamente ao largo do Piódão, vimos falando com a Câmara Municipal, as coisas não têm sido fáceis, ultimamente o senhor Presidente disse que o projecto foi reformulado, foi feito um novo concurso, parece que a empresa que ganhou o novo concurso dá-nos mais garantias de que a obra vai ser feita mais rapidamente e melhor; é isso que esperamos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para fazer “uma nota relacionada com o 25 de Abril, apenas para dizer que não foi fácil o caminho que tivemos que percorrer até aqui. Eu também sou daqueles que acreditam que a Democracia não está em risco, ela está é descaracterizada daquilo que eram as intenções e o projecto do 25 de Abril, mas acredito que vamos consolidá-la, se as forças políticas estiverem unidas nesse sentido. No 25 de Abril queria ressaltar dois pontos, o caminho mais difícil que eu vivi com alguns dos companheiros, foi o período que seguiu logo a seguir à revolução, o chamado PREC; eu vivi-o aqui, estive dentro, lutei, fui participante nisso, já com o PSD, na altura PPD. Foi realmente um dos momentos mais difíceis do pós revolução.”-----



Assembleia Municipal

-----Também ainda em relação ao 25 de Abril, uma homenagem pessoal, muito pessoal, à figura principal do 25 de Abril: o meu velho amigo e companheiro da vida militar, Salgueiro Maia. Tive o privilégio de, com ele, estar no serviço militar cerca de um ano, na Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Éramos mesmo amigos, era raro o dia em que ele, no seu 2 cavalos, não me convidasse para jantar - *vamos jantar a Almeirim*, dizia. Tivemos uma relação muito pessoal, muito íntima, muito particular, que eu aqui recorro e presto homenagem a essa figura ímpar do 25 de Abril.-----

-----A outra nota é relativamente à pandemia que nos assola, não só o país, o mundo, mas também a nossa comunidade; já passámos por momentos mais difíceis nesse aspecto, as coisas melhoraram, mas creio que estamos a inverter esse caminho; há que fazer qualquer coisa e isso passa pela atitude que cada um de nós, no seio da comunidade, temos que ter; o nosso comportamento é que pode travar essa marcha contrária àquela que estávamos a ter. Temos nós, todos nós que estamos aqui, que transmitir esta mensagem aos nossos familiares, aos nossos amigos, às pessoas com quem convivemos, que é necessário manter a distância social, é necessário usar a máscara, é necessário não fazer agrupamentos e dar facilidade a que voltemos à situação anterior. Cumpre-nos a nós lutar dessa maneira, porque se não o fizermos, necessariamente, não vai ser fácil travar esta marcha que agora está a acontecer no nosso concelho, porque já estamos num nível moderado. Há que travar isto.-----

-----Por último, queria aqui deixar uma nota muito positiva pela forma como a campanha de vacinação tem estado a decorrer, com intervenção activa da Câmara Municipal, através da cedência deste espaço para que tal aconteça, mas também pela colaboração que têm dado alguns funcionários, integrados com todo o pessoal da área da saúde, médicos, enfermeiros, auxiliares; quanto a mim, que já fiz a toma da primeira dose, tem sido um trabalho exemplar que importa realçar. Estão de parabéns a Câmara Municipal pela forma como tem colaborado na gestão de todo este processo, mas também todos os profissionais ligados à área da saúde.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António Cardoso** para referir que “sempre que ouvimos alguém pronunciar 25 de Abril, o nosso inconsciente lembra-se de imediato da revolução, da queda do Estado Novo e o estabelecimento das liberdades e garantias do cidadão. Nós que a ouvimos pela rádio, logo pela manhã, que vivemos com alegria e espontaneidade com os vizinhos e amigos, aqui estamos para afirmar que foi um dia de alegria e de grande esperança no futuro. Por isso, a nossa exclamação viva o 25 de Abril! Desde então vimos nascer novos países de expressão portuguesa reclamarem e reivindicarem direitos que nos estavam sonhados, manifestar interesse em consolidar a democracia e viver social e economicamente com mais dignidade. Nesta ânsia de viver o presente e reivindicar do Estado, de imediato, tudo o que era necessário para usufruir do melhor bem-estar, esqueceu-se o próximo, atropelou-se o vizinho, alteraram-se os costumes,



Assembleia Municipal

criaram-se rupturas, estabeleceu-se um novo paradigma de vida. Toda esta liberdade não teve a devida correspondência de responsabilidade e por isso passámos por duas crises económicas, em que teve que haver intervenção exterior, para nos salvar da bancarrota. A responsabilidade e idoneidade política diluiu-se, esqueceu-se, transferiu-se para o outro, ficando a culpa sem sujeito. Nós nos nossos dias, esta evidência choca quem tem a noção de que algo está mal e que o poder deve ser exercido com justiça, competência e respeito pelos cidadãos. Veja-se o caso do Ministro da Administração Interna, que não retirou consequências da morte execrável cometida no aeroporto de Lisboa. Perguntamos: que direitos defendeu? Que respeito lhe devemos? Veja-se o caso das mentiras proferidas e escritas pela Ministra da Justiça, sobre a proteção a um Procurador nomeado para a Comunidade Europeia; a Ministra da Justiça, que devia ser o barbante da verdade e do cumprimento das leis, entende por correcto e banal. Pergunto: quem posta a verdade e quem nos protege? O Ministro do Ambiente, no caso da venda das barragens da EDP, em que estão em causa valores devidos aos municípios, foi avisado em tempo das negociatas; o que fez? Deixou andar e foram milhões à vida. O caso de Sócrates que abala todas as instituições e põe na lama a credibilidade dos governantes e da própria política. António Costa, que o acompanhou no partido e no Governo, que foi Ministro da Administração Interna e da Justiça, dois postos importantes, nunca duvidou de Sócrates e, por isso, por ação e por omissão, temos que dizer que participou nisto tudo, mas continua como nada tivesse acontecido, no seio da sua família política. Isto tudo atropela os princípios do 25 de Abril com que todos sonhámos e temos lutado para implementar no dia-a-dia. Quando alguns pretendem falar reclamando autocritica dentro do partido, a líder parlamentar do PS admoesta e manda calar. Pergunto: é isto a liberdade do 25 de Abril? São estes os governantes que nos protegem? Está na altura, como povo, de erguermos a voz e partir para a ação, reclamando o retorno aos valores do princípio do 25 de Abril. Vivemos momentos de alarme social que contribuem para o secreto da justiça, da política e dos governantes. É momento de agir e dizer não ao conformismo. Termino dizendo que acredito em Portugal, nos seus valores, nos seus princípios e nas suas gentes. Há é que expurgar alguns que usam a liberdade e os cargos que ocupam para benefício próprio. E, tal como dizia Salvador Allende, não basta que todos sejam iguais perante a lei, é preciso é que a lei seja igual perante todos. Viva o 25 de Abril!"-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para "agradecer todas as palavras que as senhoras deputadas e os senhores deputados me dirigiram. Muito obrigado."-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que "antes de responder às questões que foram colocadas, quero fazer alguns apontamentos prévios; o primeiro para dizer e sublinhar que esta comunicação que o Senhor



Assembleia Municipal

Presidente da Assembleia Municipal aqui fez, já tínhamos conversado acerca da mesma; é com grande contrariedade e com grande falta de vontade que a aceito, mas compreendo. Tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, e sublinhou, a actividade política é, por natureza, efémera, eu digo desde o dia 28 de Outubro de 2005, que estou disponível para sair no dia seguinte; é dessa forma que devemos estar na política e para não estarmos reféns da política, devemos ter uma esteira, devemos ter um ponto de retorno porque isso é importante para podermos exercer a nossa actividade de forma livre, de forma descomprometida, sem ter que prestar vassalagem a quem quer que seja. Volto a dizer, contrariado, mas compreendendo, aceito, como é óbvio, a sua decisão. Esta decisão, como deverão compreender, torna-se para mim, do ponto de vista pessoal, ainda mais difícil, na medida em que tenho uma noção e uma percepção muito clara de que vim parar à política com o engenheiro Ricardo Pereira Alves e tenho praticamente a certeza que se não fosse com ele nunca chegaria à política. Para o bem e para o mal, nos aspectos positivos e nos negativos, foi com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com o Ricardo, que cheguei à Câmara portanto este relacionamento político, mas principalmente o relacionamento pessoal, que me faz dizer e exprimir as considerações que acabei de fazer. Sei e faço votos que seja bem sucedido na sua actividade profissional, tenho a certeza que assim acontecerá, porque tal como na política sei que entregará tudo o que tem, em prol dessa mesma actividade profissional.-----

-----Relativamente aos votos de pesar que foram aqui expressos, a Câmara Municipal associa-se a eles, na Câmara também já tomámos posição idêntica; quero associar-me aos votos que foram manifestados relativamente aos falecidos e às suas famílias.-----

-----Relativamente às intervenções dos senhores deputados, ouvimos até agora intervenções naquilo que tem a ver com a data que hoje assinalamos bastante diferentes, mas isso é muito salutar e muito positivo; é, aliás, porventura a principal conquista do 25 de Abril, é permitir-nos dizer hoje aquilo que muito bem entendermos, da forma que pensamos; faz parte das conquistas que foram almejadas, permitir a cada um de nós expressar-se da forma que considera mais adequada e que melhor corresponde àquilo que pensa. Dizendo isto não me compete comentar as intervenções e opiniões que cada um aqui expressou que, como já disse, foram bastante diversas.-----

-----O senhor deputado Miguel Pinheiro colocou aqui algumas questões, umas mais concretas, outras mais dispersas, mas queria sublinhar a circunstância de estarmos a reunir mais uma vez no dia 25 de Abril e naquilo que tem a ver com a ação política da Câmara e do executivo, o senhor deputado municipal haverá de reconhecer, até pela lista de questões que muito bem foi colocando ao longo deste mandato, que as coisas não acontecem por acaso. O processo de planificação das intervenções no tempo, daquilo que tem a ver com as fases processuais de cada processo, foram aqui sendo comunicadas e naquilo que se refere em concreto ao Teatro Alves



Assembleia Municipal

Coelho, que é um assunto que é caro a todos nós, sabemos todos, há mais de 3 anos, que tem sido um assunto em construção, não aparece agora do nada, da noite para o dia, trata-se de um percurso com muito trabalho, com avanços pequeninos, no método dos pequenos passos, mas foi com esses pequenos passos que chegámos ao dia 16 de Abril, a data em que assinámos o Contrato de Direito de Superfície relativamente ao Teatro Alves Coelho. Do ponto de vista, até porque foi uma questão colocada também pelos senhores deputados João Figueira e Christophe Coimbra, do ponto de vista da planificação, o que já aconteceu foi que ao nível do executivo da Câmara Municipal, já aprovámos o projecto de execução, já aprovámos o procedimento para a contratação da obra, naquilo que tem a ver com a empreitada, que é um elemento essencial para a candidatura que vamos submeter até ao fim do mês. Relativamente as candidaturas, dizer que estamos hoje numa fase totalmente diferente daquela em que estávamos há 3, 4 anos, ou seja, estamos num momento em que o quadro comunitário que está em vigor devia estar praticamente a ser fechado, e quando digo fechado digo com execução financeira assinalável e a estatística, aquilo que indica, é que nesta fase estão executados cerca de 30%, o que significa que estão os remanescentes 70% para executar neste e nos próximos 2 anos, o que vem colocar uma grande exigência de execução a todos os organismos. Isto significa que também ao nível das candidaturas se deu uma mudança significativa do ponto de vista do método, ou seja, se há 3, 4, 5 anos era possível apresentarmos uma candidatura submetermos uma candidatura no âmbito de um qualquer Aviso que abrisse, com base numa ideia, isso hoje já não é possível. A apresentação de uma qualquer candidatura tem, desde logo, como pressuposto que o projecto de execução esteja concluído e que o procedimento de contratação para submissão ao mercado, esteja também já aprovado no órgão competente para o efeito. É nisso que estamos a trabalhar, não estamos com a obra executada, mas temos já muito trabalho concretizado e que nos coloca com ambição, na perspectiva de podermos ver esta candidatura aprovada. O mesmo se diga relativamente àquilo que o senhor deputado referenciou como sendo perímetro alargado da Lomba do Canho; efectivamente é perímetro alargado, considera várias componentes neste projecto, não apenas a zona do acampamento romano mas a relação com o Rio Alva, inclusivamente com a Peneda da Talhada e, como é óbvio, e faz todo o sentido, com o próprio centro urbano de Arganil, particularmente com o Núcleo de Arqueologia. É um projecto que está considerado e desenvolvido tendo esta abordagem, tendo esta perspectiva, tal como em relação ao projecto do Teatro, é também um projecto que estará aprovado nos próximos dias e até ao final do mês em curso terá o projecto de execução aprovado pelo órgão competente e terá também o procedimento para contratação pública aprovado. Por isso, senhor deputado, como comecei por dizer, a questão das apresentações, fruto da época, das promessas, dos anúncios, não terá aplicação ao caso concreto de Arganil, admito que faça parte de um cardápio de actividade política, mas honestamente não me identifico com essa metodologia e nem acho que seja a melhor forma de



Assembleia Municipal

estarmos na vida pública quando queremos honrar a democracia e quando queremos afirmar a liberdade. Também quando estamos na vida pública e nunca me eximi a esse exercício, também assumimos as responsabilidades; assumimos as responsabilidades principalmente quando as coisas correm mal, até porque, como costume dizer, quando as coisas correm bem, o mérito é de todos e quando correm mal, assumo-as de uma forma aberta determinadamente. No largo do Piódão as coisas correram francamente mal; mas não correram mal só no largo do Piódão, correram extraordinariamente mal também na reabilitação do edifício do Posto de Turismo; perguntar-se-á porquê, acho que não será certamente por vontade dos órgãos autárquicos tal como não é por vontade dos órgãos autárquicos que acontece o que acontece em Coimbra, na Calçada Rainha St.^a Isabel, tal como não é por vontade dos órgãos autárquicos que acontece o que acontece na zona urbana da Figueira da Foz. Tenho a certeza que a vontade de qualquer um destes meus colegas é exactamente a mesma que eu tenho, que as obras decorram com a maior normalidade possível. Às vezes temos sorte, como sabe também, até pela sua actividade profissional, às vezes temos mais sorte com os empreiteiros, outras vezes as coisas correm mais ou menos, nalgumas circunstâncias correm mesmo muito mal. Concretizando, no que se refere ao Posto de Turismo e núcleo museológico do Piódão, trata-se de uma intervenção que deverá estar concluída até meados de Maio, coisa que não se vai verificar, em relação ao Largo do Piódão, cuja imagem, como muito bem sublinhou, é uma imagem degradada, e como também saberá, não é do agrado de ninguém e muito menos do meu agrado. Houve um problema formal naquela intervenção, desde logo com a proposta de intervenção ao nível dos materiais, havia uma abordagem considerada no projecto, que previa o acabamento do largo numa área muito significativa em placas de ardósia, relativamente regulares, proposta arquitectónica essa que mereceu, e bem, a desaprovação por parte da Junta de Freguesia do Piódão, e também das pessoas do Piódão, dos fregueses do Piódão, com os quais tive oportunidade de reunir, bem como com os projectistas. Os projectistas nessa reunião admitiram que a solução podia ser questionável, colocaram-se na disposição e foi com alguma humildade que o fizeram, de perceber qual é que era o sentimento maioritário da população do Piódão e isso aconteceu. Felizmente, os cidadãos o Piódão optaram por uma solução de xisto assente ao cutelo, foi a solução que saiu vencedora deste processo; felizmente que isto aconteceu, é pena que não tivesse sido detectado numa situação preliminar, mas teve uma consequência prática, do ponto de vista do processo da empreitada, obrigou-nos a considerar uma resolução contratual naquilo que tinha a ver com a intervenção no Largo do Piódão e obrigou-nos a lançar um novo concurso para executar a intervenção no largo que nesta abordagem considera também algumas outras intervenções que estavam de fora e que consideramos que fazem sentido integrar, nomeadamente ao nível da mobilidade. Este processo este neste momento em fase de contratação, já decorreu o respectivo concurso público, já foi feita a análise das propostas, já há relatório final, este neste momento em fase de



Assembleia Municipal

contratação e teremos condições para avançar com a empreitada ainda antes da época mais crítica do Verão. Naturalmente que a sua preocupação é também a minha preocupação, conjugar a execução de uma empreitada que é crítica, com o maior fluxo de pessoas à aldeia histórica do Piódão; esse assunto teremos capacidade para o resolver, em articulação com os agentes locais, particularmente com os comerciantes e com a Junta de Freguesia. Acerca da planificação das intervenções, aqui na vila, consideramos também avançar com a acessibilidade entre a Rua da Misericórdia, Condessa das Canas, ou Comendador da Cruz Pereira e o largo da Feira, que nessa intervenção pretendemos assegurar a circulação pedonal bem como o trânsito nos dois sentidos, mais a circulação pedonal na zona superior da Feira; haverá ali uma intervenção com algum significado, mas que vem claramente melhorar a acessibilidade em toda aquela zona da vila. Aproveitar ainda para lhes dizer que na sequência do diagnóstico que mandámos fazer a todas as pontes concelhias existentes no concelho, com responsabilidade da autarquia, foram detectadas patologias significativamente preocupantes na Ponte da Barreira e portanto essa ponte será também entretanto substituída de forma a podermos ter ali todas as condições de segurança. Aproveitaremos essa intervenção também para intervencionar a margem da Ribeira de Folques, na zona em que tem ali um arranjo urbanístico menos bem conseguido. Aproveitar também para lhes dizer que como sabem temos um problema crítico relacionado com a Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos, também já falamos desse assunto aqui por várias vezes, a informação que tenho da última sexta-feira, por parte do senhor administrador da Reserva Hidrográfica, é que na próxima sexta-feira será comunicado que esta intervenção será objecto de inclusão, conjuntamente com outras 3 no distrito, no âmbito das intervenções que estão consideradas no PRR, para a área do Ambiente, particularmente ao nível das linhas de água. Acerca da Quinta do Dr. Urbano, vamos então cuidar do seu desafio, se calhar esta minha expressão pode ser aqui alguma adivinhação, não sei, vamos cuidar de marcar a inauguração, porque ocorreu a recepção provisória da empreitada há cerca de semana e meia, teremos todo o gosto em contar com a sua presença na Benfeita para podermos participar na inauguração relacionada com a reabilitação deste edifício.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado António João Lopes, em relação à espuma no Rio Alva, já por diversas vezes este problema nos foi sinalizado; aquilo que solicito que façam é que apontem oportunamente essa situação, ou seja, nós temos que accionar, para essas situações, obrigatoriamente a brigada do Ambiente da GNR, e é no momento que o problema se está a verificar que temos que despoletar esse procedimento. Ainda não sabemos onde está a origem deste problema e a única forma de o poder localizar é agirmos proactivamente, no momento em que o problema se verifica. Relativamente à aldeia dos Parrozelos registamos com muito interesse esta dinâmica demográfica que se tem verificado; desconhecia que já estavam 26 ou 28 pessoas, mas em sintonia com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, estamos a tentar resolver esta situação.



Assembleia Municipal

Queria também associar-me à preocupação que aqui manifestou relacionada com as dificuldades de comunicações; o senhor deputado falou particularmente de um projecto que resulta de um Protocolo que foi celebrado talvez há uns 10 anos, entre o Município e a Vodafone, foi um Protocolo em que depositámos muitas expectativas mas infelizmente a realidade não foi tão positiva quanto aquilo que era a expectativa. É certo que algumas aldeias ficaram servidas mas também é verdade que o nosso levantamento apontava na altura para cerca de 50 aldeias que precisavam deste reforço e não sei se a Vodafone terá assegurado essa complementaridade em 10 dessas 50 aldeias. Contudo queria destacar um problema ainda mais crítico do que este, ou seja, no que diz respeito às comunicações móveis é verdade que quando reclamamos há sempre uma resposta ou das operadoras ou do regulador a dizer que a taxa de cobertura que foi contratualizada, do ponto de vista populacional, que está a ser cumprida, portanto não podem obrigar os operadores a fazer mais, mas a situação bem mais anormal que se verifica tem mesmo a ver com a inexistência de serviço fixo de comunicações em algumas aldeias. E o serviço fixo de telefone, como sabem, é um serviço universal, que deve ser assegurado pelo respectivo concessionário, e esta é uma situação crítica que ainda se verifica em algumas aldeias do nosso concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, é para nós muito positivo que uma entidade como a DECO Protest confirma aquilo que vimos a dizer, efectivamente, naquilo que tem a ver com a área de abrangência da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, somos dos mais competitivos no que tem a ver com o tarifário composto do abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Como é óbvio esta política faz parte também da atractividade que queremos reafirmar em relação ao nosso concelho. Associar-me às suas palavras relacionadas com o estatuto PME Líder concedido pelo IAPMEI, é com muito gosto que vemos que um número mais significativo de empresas do nosso concelho consegue obter este galardão, isso tem um significado muito claro e atesta inequivocamente a dinâmica empresarial dos nossos empresários e é algo que, tal como o senhor deputado também, quero reconhecer e com o qual me regozijo. Acerca do Teatro Alves Coelho já me pronunciei, apenas reforçar e reiterar que chegámos a este ponto utilizando o método que há pouco referi de pequenos passos e, felizmente, temos este processo no bom caminho, esperamos poder cumprir este desiderato colectivo de reabilitar o Teatro Alves Coelho. Acerca do Rali de Portugal é praticamente inequívoco que a prova acontecerá, terá lugar no nosso país; aquilo que é neste momento ainda desconhecido é naquilo que se refere à presença de público. É algo que sabemos que está em apreciação na Direção Geral de Saúde, junto da Comissão de Grandes Eventos, também sabemos que foram formuladas propostas relacionadas com esta matéria, temos que aguardar por uma decisão, esperando nós que seja possível chegar a um entendimento que permita conciliar aquilo que tem a ver com a pandemia, com a minimização dos riscos decorrentes da presença de público, mas também com aquilo que nos parece esse mesmo equilíbrio



Assembleia Municipal

ou seja, podermos contar com algumas pessoas a assistir a esta prova. Sublinhar também as palavras que deixou relativamente à clássica das aldeias do xisto, por acaso estou expectante no sentido de perceber se ela aconteceu ou não, porque as condições climatéricas para andar de bicicleta, não são hoje as mais adequadas, ainda assim, trata-se de um evento que coloca em destaque o nosso concelho, particularmente as aldeias que fazem parte da rede, e neste caso a aldeia da Benfeita.-----

-----Quero associar-me às palavras das senhoras deputadas Inês Borges e Maria do Céu Paulino, relacionadas com o Programa dos Bairros Saudáveis, pois é uma iniciativa muito louvável que conta com a coordenação nacional da arquitecta Helena Roseta; este programa permitirá, estamos certos, fazer alguma reprogramação ou alguma refuncionalização do Bairro S. Vicente de Paulo que como é reconhecido, contém alguns problemas sociais e outros de natureza mais urbana.-----

-----Acerca da intervenção da senhora deputada Maria José Silva, já me referi acerca da maturidade do processo relacionado com o acampamento romano da Lomba do Canho, com o projecto de execução praticamente concluído e submissão de candidatura também no decurso deste mês. Em relação ao processo da Mini-Hídrica do Vale das Botas, dizer e sublinhar como a senhora deputada referiu, a declaração de impacto ambiental estava válida até dia 7 de Março, neste momento já não está; sabemos que o promotor terá requerido uma extensão do prazo, não reconhecemos enquadramento legal para tal pretensão, e na sequência disso faz precisamente hoje um mês que oficiámos a Agência Portuguesa do Ambiente e o seu Presidente, no sentido de nos esclarecerem acerca deste processo até ao momento ainda não temos nenhuma resposta por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, desconhecemos se da parte da Agência Portuguesa do Ambiente houve já ou não uma tomada de posição acerca deste assunto e nomeadamente como nos parece óbvio, com o indeferimento desta pretensão do promotor, uma vez que, na nossa opinião, a via já está fora do prazo de validade, não há enquadramento legal para ser prorrogada e parece-nos que este processo, naquilo que tem a ver com o impacto ambiental, terá que cair por terra.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Margarida Figueiredo, vou começar pelo último apontamento que fez, porque joga e tem tudo a ver com a intervenção da senhora deputada Maria José Silva; a Mini-Hídrica de Avô é, comparando com aquilo que se preconiza para a Mini-Hídrica do Vale das Botas, é uma pequena piscina e percebemos qual é o impacto que essa pequena piscina consegue provocar ao nível do Rio Alva, ao nível da qualidade da água, ao nível dos ecossistemas; é mais uma das razões pela qual nos batemos contra esta ideia da Mini-Hídrica do Vale das Botas. Relativamente aos apontamentos que fez sobre a cantaria do muro, do passeio, da sinalética, cuidarei de articular com a Infraestruturas de Portugal no sentido de se encontrar uma solução, articular também com a Junta de Freguesia, mas sublinhar que temos tido, sem excepção, da parte da Infraestruturas de Portugal, a melhor das colaborações; não será certamente por



Assembleia Municipal

esta situação de Vila Cova que essa colaboração deixará de existir e acredito que a Infraestruturas de Portugal ajudarão a sanar estas situações que parecem de simples resolução. Naquilo que tem a ver com a cantaria do muro, as pedras hão-de lá estar, é uma questão de as colocar no sítio, não me parece que seja algo de muito complicado.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado João Figueira, naquilo que foram as questões colocadas, o município de Arganil, conjuntamente com os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, integrou uma candidatura conjunta, essa candidatura foi objecto de aprovação e preconiza o cumprimento de uma meta do ponto de vista de execução de cadastro para os próximos 3 anos, numa cobertura mínima de 50% do número de matrizes. Poder-se-á dizer que 50% é o copo meio cheio ou meio vazio, mas a verdade é que nós partimos de um ponto muito complicado, pois estamos a falar de 50% do número de matrizes e não de 50% da área do concelho, que seria bem mais fácil, mas 50% de 130 mil matrizes dá bem a ideia do desafio que existe pela frente. Este processo terá início já no próximo mês de Maio, a candidatura foi aprovada recentemente, a Comunidade Intermunicipal está a contratar as componentes da sua responsabilidade, o município a mesma coisa, e contamos de ainda durante o mês de Maio avançar com este processo. Em relação à co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, como sabem, a co-gestão deste tipo de espaços é uma decorrência da transferência de competências, está neste momento do ponto de vista legal, para este tipo de competências, concretizada a sua transferência, neste caso tem também associado um Protocolo de Colaboração com o Fundo Ambiental e com o ICNF, com vista ao desenvolvimento de um conjunto de actividades e de caracterização da Paisagem Protegida da Serra do Açor, durante 3 anos. Esse Protocolo foi já objecto de aprovação por parte da Câmara, esteve já em vias de ser assinado por duas ocasiões, a primeira não foi por impossibilidade minha, por doença minha, a segunda e última não foi por questões pessoais indisponibilidade pessoal do Senhor Secretário de Estado, e aquilo que combinámos foi de entretanto avançar com este processo e fazermos a sessão num momento posterior. Trata-se da concretização daquilo que resulta da transferência de competências e particularmente relativamente a este tipo de espaços. No que concerne à Floresta da Serra do Açor as coisas estão a decorrer de acordo com o planeamento estabelecido, as intervenções de rearboreção estão a decorrer no território e como tenho sublinhado, é um projecto muito importante para o nosso território, que está por curioso que possa parecer, está totalmente alinhado com aquilo que foi mais recentemente anunciado por parte do Governo, nomeadamente naquilo que diz respeito às áreas integradas de gestão da paisagem, os princípios que estão preconizados nesta medida já nós os considerámos há dois anos e meio, quando começámos a construir este projecto e este processo, em articulação com a Escola Superior Agrária de Coimbra; é para nós com muita satisfação que vemos que o caminho que estamos a seguir está a ser planificado por parte do governo.



Assembleia Municipal

Relativamente à figura do guarda-rios, reconhecemos todos que era uma figura muito importante, cuja contratação era assegurada pelos organismos da componente hidrográfica; temos também em fase de implementação um projecto que é muito importante para o território e quando falo em território refiro-me ao concelho de Arganil mas também aos concelhos de Pampilhosa, Góis e Lousã, naquilo que tem a ver com o troço do Ceira que atravessa estes 4 concelhos, com a implementação de um projecto com o financiamento de um fundo norueguês, em que uma das componentes passa mesmo pela figura do guarda-rios, processo que neste caso em concreto será assegurado através da Agência Portuguesa do Ambiente e neste caso na Administração da Reserva Hidrográfica. Este projecto do Ceira está a ser encarado como um projecto-piloto e é algo que acompanharemos com atenção.-----

-----Foram feitas várias referências à questão da pandemia, com a questão da justiça ou da injustiça das regras existentes, todos nós nos habituámos a reconhecer esse número dos 120 casos por 100 mil habitantes, também todos reconheceremos que é um critério que sendo transparente, se torna porventura injusto em concelhos cuja densidade demográfica é mais reduzida, e nem vou fazer aqui a análise da situação do nosso concelho, mas há dias deu-se a circunstância de estar a passar uma peça na televisão relacionada com o concelho do Alandroal, que penso que tem mais de 400 km quadrados e estava confinado por causa de meia dúzia de casos. Se fizemos uma capitação do número de casos e compararmos com o número de casos por km² que se verificam numa cidade como Lisboa, teremos que considerar que deveria existir aqui um outro critério complementar que permitisse também alisar estas situações mais anormais. Devo sublinhar nesta matéria aquilo que foi dito pelo senhor deputado Luis Gomes acerca dos actos que cada um de nós pode e deve fazer e agradecer as palavras que deixou relativamente à campanha de vacinação em que neste caso em concreto, a Câmara aquilo que está a fazer é a prestar colaboração aos serviços de saúde, particularmente ao nível logístico, com a disponibilização de espaço e também, como referiu, com a afectação de funcionários, alguns em tempo permanente, outros a tempo parcial, para colaborarem neste processo que está a decorrer, felizmente, com normalidade. A nossa vontade era que pudesse acontecer mais depressa, mas isso é um problema da Europa e da indisponibilidade de vacinas.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** “para agradecer as palavras do Senhor Presidente da Câmara e dizer que valeu a pena; na minha vida pessoal e na minha vida política procurei sempre fazer as melhores escolhas e escolher os melhores e o Senhor Presidente Dr. Luis Paulo Costa foi das pessoas mais competentes que encontrei na política e por isso não podia deixar de lhe manifestar a minha gratidão e o meu reconhecimento e dizer que não será com certeza o facto de não exercer qualquer função política nos próximos anos que me inibirá, enquanto cidadão, de lhe dar todo o apoio para continuar o excelente trabalho que tem vindo a desenvolver com a sua equipa.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “em relação ao Piódão queria reforçar um pedido ao Senhor Presidente, relativamente às instalações sanitárias públicas, que não estão disponíveis aos visitantes e acho que esse pequeno pormenor pode, de alguma forma, criar alguma barreira psicológica do real incómodo que as pessoas sentem, pois podem perceber que estão em obra, mas esse pequeno registo de atenção foi atendido.-----

-----Relativamente à rua em Arganil, essa rua de acesso ao mercado, julgo que não fazia parte do projecto inicial da intervenção global na vila, portanto é uma novidade, agouro como positiva, mas falta resposta ao resto.-----

-----O que me chamou a esta intervenção nem foram tanto estas questões, que numa próxima oportunidade podemos discutir novamente com o Senhor Presidente, não exijo uma resposta agora, nem posso exigir nada a ninguém, mas sim para comentar a intervenção do senhor deputado António Cardoso, em relação ao 25 de Abril. Tivemos aqui diversas formas de comentar, diversos prismas, faltava-nos este, que é o prisma eu diria sectário e clubista do 25 de Abril. Uma visão cerceada por questões ideológicas e sobretudo partidárias. Não me vai ouvir, senhor deputado, contrapor os casos que referiu com casos de outros partidos, nomeadamente do PSD, que merece de mim todo o respeito e admiração, na construção do Portugal democrático. Esse tipo de postura é o que vemos hoje em dia no debate político dos comentários das redes sociais e isso não ajuda a democracia. Senhor Dr. António Cardoso, isso indicia sobretudo um tipo de debate político de quem lhe interessa mais o destino, por exemplo, não sei se é o caso, estou a falar no geral, por exemplo o destino do Ministro do que propriamente o destino do cidadão ucraniano e das causas profundas que levaram ao seu triste destino. É sintomático de quem lhe interessa mais a discussão da espuma dos dias e da circunstância político-partidária do que a discussão profunda do racismo estrutural da sociedade portuguesa. Interessa-lhe mais essa pequena política do que a discussão concreta e desassombrada ou de peito aberto sobre o combate às desigualdades sociais, a uma cultura paternalista e machista da nossa sociedade, que continua a perpetuar uma cultura de abusos sexuais, de abusos em casa, de abusos no trabalho, de violência doméstica sobre as mulheres, e que continua a permitir uma visão cãndida sobre o desrespeito pelas minorias, o desrespeito pelas outras convicções que não a nossa, o desrespeito pelas comunidades LGDT, e tudo isso são formas que temos que combater, no seguimento até da intervenção da deputada Tamára Simão, temos que combater, na minha opinião, e temos que combater certamente sobretudo quem desvaloriza este combate e valoriza o outro combate da visão a dois dedos, o combate de quem não consegue ver para além do seu próprio nariz. Eu não acredito, senhor deputado, que a minha liberdade acaba onde a do outro começa; não acredito nisso porque se a liberdade do outro for utilizada para posturas, actos e atitudes que atentam contra a diminuição da nossa liberdade e dos nossos direitos enquanto sociedade, então eu estou contra. Liberdade não é libertinagem, nunca



Assembleia Municipal

compreendi isso, nem estou disponível para esse tipo de assunção, em que nós nos desresponsabilizamos pelos actos dos outros. A Liberdade, a Democracia, o 25 de Abril, não se resumem à luta político-partidária e não se resumem ao levantamento de bandeiras *tu tens mais casos que eu*. Essa é uma ação que temos que levar a cabo todos os dias e não tolerar quem desrespeita ou quem diminui estas lutas; é um ponto de honra que devemos ter. A nível nacional, a nível local, a nível pessoal, individual; por exemplo, eu continuo a achar que temos um caminho a fazer quando em Arganil ainda temos uma rua onde está uma placa que homenageia um responsável político por torturas e assassinatos; quando ainda somos titubeantes a homenagear, sem pruridos, um homem que fez o 25 de Abril.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “hoje é dia 25 de Abril e também a diversidade das intervenções que já tivemos aqui sobre o tema, mas também sobre outros temas, é a essência e é a autenticidade do 25 de Abril, que é o espírito de, sobre temas iguais, podermos todos ter visões diferentes. Isso é que enriquece a democracia, isso é que enriquece a liberdade e por isso gostaria que nos focássemos e nos cingíssemos àquilo que é a importância do 25 de Abril, que pudéssemos de forma livre e democrática expressar aquilo que são as nossas convicções, aquilo que é a nossa visão, sem entrar naquilo que é um debate mais fulanizado, mais partidário, e que julgo que não acrescenta brilho a esta Assembleia e aquilo que é a essência e a natureza do 25 de Abril.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **António Cardoso** – a primeira coisa que eu gostaria de dizer ao senhor deputado Miguel Pinheiro é que não tive uma visão sectária nem clubística; não foi por aí que eu fui, isso é o seu entendimento. Eu fui para indignar-me e provocar aquilo que o senhor disse; efectivamente estamos numa situação de alarme social e é importante não nos acomodarmos, é importante falarmos a verdade, é importante dizermos aquilo que assola o país porque o grande problema é nós acobardarmo-nos e deixarmos fazer tudo aquilo que acontece. Não. Há aqui um grito. Já agora permita-me que diga o seguinte, em relação aos casos que acabei de dizer: comecei a minha actividade na Polícia Judiciária e passei pela Alta Autoridade Contra a Corrupção e quando eu dizia a muita gente, até a pessoas que estão aqui presentes, que parece que há uma super estrutura que quando nós canalizamos para os processos a verdade, as cópias dos cheques estão ali, o trajecto que se passou pelas contas, nós identificávamos e colocávamos, prova directa, não indirecta, e fazíamos os Relatórios e dizíamos fulano tal, pelos dados constantes do processo, cometeu este crime, previsto e punível no artigo tal, e não acontecia nada, parece que havia uma super estrutura. Eu vivi a situação e sei perfeitamente o que se passa nos bastidores; não sabia, se calhar com esta situação toda do Sócrates é que se abriu uma ideia de como as coisas se passavam. É dentro deste princípio, não numa visão clubística ou sectária, é que levanto o problema. Falou aqui em vergonha de termos



Assembleia Municipal

uma rua em Côja com o nome de um fascista, quero dizer-lhe o seguinte: isso é vergonha, mas aquilo foi lá colocado através de aprovação dos órgãos autárquicos, foi dentro desse princípio; foi a população local que entendeu que o médico local prestou serviço à comunidade e foi homenageado, não foi o político. Vergonha, é ter um Ministro da Administração Interna que superintende o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e há uma morte de um emigrante e não tira consequências disso. Honra ao Jorge Coelho, que soube tirar partido da situação, teve carácter, teve personalidade. Foi um político. Cada um tem que ter as suas responsabilidades. Repito, o meu objectivo é levantar as questões para que o espírito do 25 de Abril vingue, para que não sejamos amordaçados. Esse é o problema que eu coloco.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Teixeira** para dizer que “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não posso deixar de deixar aqui o meu respeito pelo anúncio que fez e desejar-lhe todas as felicitações para o resto do percurso que decida fazer.-----

-----Apenas na verdade faço esta intervenção, porque fiquei um pouco incomodado e não podia deixar de a fazer. Senhor Presidente percebo que tenta manter um ambiente e agradeço esse esforço, e acho que todos apreciamos um ambiente saudável de discussão e de trocas interessantes de ideias aqui dentro, mas não posso deixar de sublinhar, porque me sinto incomodado, que às vezes há aqui uma certa má-fé, e nós já fomos acusados disso, mas acho que é uma areia que não é, de modo nenhum, introduzida por esta bancada; repare como a intervenção do Senhor Presidente apenas surgiu após uma resposta relativamente simples e relativamente até suave do senhor deputado Miguel Pinheiro, para aquilo que foi uma intervenção apenas provocatória por parte do senhor deputado António Cardoso. Como é que vamos aqui resolver problemas do Governo? Qual é que é o interesse falar aqui do José Sócrates, quando literalmente nenhum de nós aqui é juiz, nenhum de nós está a lidar com o processo? Qual é o interesse prático dessa intervenção? É literalmente de espicaçar. Mesmo que eu acreditasse na boa-fé do senhor deputado António Cardoso, quando fala do 25 de Abril, vamos discutir assuntos em que a justiça fracassou, etc, se eu acreditasse nessa sua boa-fé, eu teria de esperar coerentemente da sua parte uma análise e uma reflexão também sobre todos os outros casos em que estiveram envolvidas figuras ou participantes mais próximas da sua cor política ou da sua cor política. Não tente convencer esta Assembleia, porque acho que isso é um insulto à inteligência de todos nós, de que a sua intervenção foi feita com boa-fé. Senhor Presidente, repare, quando podia ter feito essa intervenção, no sentido de todos nos cingirmos àquilo que interessa, etc, etc, porque não o fez logo, no início da raiz do problema? Porque o que fica aqui, o espírito, é, infelizmente vou ser um pouco maniqueísta mas parece que acaba muitas vezes por ser essa a imagem que fica, PSD bonzinho, faz intervenções boazinhas, PS mauzinho, vem aqui falar de assuntos que não interessam para nada, quando na verdade o deputado Miguel Pinheiro tinha feito a intervenção dele, uma intervenção



Assembleia Municipal

pacífica, que não levantou ondas nenhuma. Todos os discursos que foram feitos em relação ao 25 de Abril gostei deles, acho que foram diversos, a Tamára levantou questões interessantíssimas sobre a ascensão do populismo. Quando o deputado Miguel Pinheiro faz uma intervenção curta, concisa, apenas no sentido de minimamente mitigar aquilo que foi o fogo e o veneno da intervenção do senhor deputado António Cardoso, o Senhor Presidente, só depois disso, é que escolhe mediar os discursos, mas só o faz no seguimento e no contexto da intervenção do deputado Miguel Pinheiro para ficar no ar aquela ideia de que foi o PS que se esticou um bocadinho para fora dos limites. Infelizmente as suas intervenções de contenção, de gestão diplomática desta Assembleia, raramente surgem no seguimento de uma intervenção de um deputado da bancada Social-Democrata e acho isso lamentável.--
-----Quanto à intervenção do senhor deputado António Cardoso, mais uma vez, quanto ao Sócrates, acho que ele é culpado, todos nós temos essa convicção, de facto eu não sei como funcionava o órgão da polícia e os órgãos judiciais no Antigo Regime, pois não nasci nessa época, o Senhor conhecia-os melhor, mas isso é a Constituição a ser cumprida e a justiça a funcionar; não havendo provas efectivas, ou tendo prescrito prazos, as pessoas não devem ser condenadas e o juiz de instrução decidiu que nem sequer deviam ir a julgamento, caso em que a Procuradoria é perfeitamente livre para recorrer do assunto. Se preferia um sistema em que, por haver uma sensação de que esta pessoa é culpada, essa pessoa era logo punida, eu convidava-o a ser um bocadinho menos hipócrita na maneira como celebra o 25 de Abril.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “senhor deputado, antes de mais quero agradecer as suas palavras, naturalmente é na discordância e na divergência que se valoriza a democracia, mas julgo que não entendeu bem o sentido da minha intervenção e não queria deixar de esclarecer. Em momento algum, na intervenção que fiz, antes da intervenção do senhor deputado António Cardoso, quis pôr em causa ou fazer qualquer apreciação objectiva ou subjectiva na intervenção que o senhor deputado Miguel Pinheiro fez; em momento algum. Aliás, de modo algum quis condicionar as intervenções que cada um entendeu fazer. A única questão que procurei foi fazer um apelo para que pudéssemos apresentar aquilo que são as nossas visões sobre os diferentes temas e em concreto também sobre o 25 de Abril, num quadro de discussão ideológica elevada e não fulanizada e partidária; foi só esse o sentido da minha intervenção, não houve da minha parte nenhuma intenção, e peço desculpa se, porventura possam fazer essa leitura, de estar a fazer a apreciação de alguma intervenção, porque nunca foi esse o meu propósito nesta Assembleia. Como sabem não tenho feito intervenções de natureza política, no sentido de procurar conduzir os trabalhos com imparcialidade e não queria que ficasse no ar a ideia de que quis aqui censurar ou apreciar negativamente qualquer tipo de intervenção. Respeito todos da mesma



Assembleia Municipal

forma; se o tivesse feito antes, com certeza que o argumento seria que estaria a querer condicionar as intervenções seguintes.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **António Cardoso** para dizer que “agradeço as palavras que acabou de dizer, embora criticando tudo o que eu disse, mas digo-lhe porque vivi na outra zona e também fui mandado para Angola, para combater, sofri tudo isso, e para mim é com alegria que festejei e festejo todos os dias o 25 de Abril. Não é com ar hipócrita que o festejo, eu vivo-o. Até faço anos no dia 25 de Abril e por isso a Revolução para mim está sempre presente. O único motivo para eu levantar estes problemas é para verificar o estado em que a sociedade portuguesa neste momento se movimenta; é esse o objectivo, não fui ao caso concreto de ver se o juiz teve ou não razão ou se o Ministério Público teve razão; isso não me interessa, o que me interessa é o estado de alarme social que existe em relação a todos estes casos que enumerei. O senhor deputado faz-me lembrar a líder do PS quando o Pedro Delgado se levantou para fazer uma crítica e pedir uma autocritica dentro do partido e ela o mandou calar; a mim não me manda calar, eu digo aquilo que penso, a todo o momento.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 1**, realizada na Sessão Ordinária do dia **27 de Fevereiro de 2021**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar a acta nº 1, da sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2021.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Projecto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente o Projecto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF/124/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando:-----
• que a Câmara Municipal de Arganil, em reunião ordinária realizada em 13 de outubro de 2020, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do nº 1



Assembleia Municipal

do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, aprovar a abertura do procedimento de elaboração do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha";-----

- que, cumprindo o estabelecido no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, o início do procedimento de revisão do mencionado Regulamento foi publicitado, no dia 21 de outubro de 2020, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento;-----

- que, decorrido este prazo, não foram registadas inscrições de interessados nem apresentados contributos para a elaboração do citado projeto de regulamento;-----

- que o presente projeto de regulamento foi elaborado tendo em conta as obrigações decorrentes da decisão de aprovação tomada pela Comissão Diretiva do Centro 2020 no âmbito da candidatura "CENTRO-02-0853-FEDER-000031 -Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este",-----

-----Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha", no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Anexa-se o projeto do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha".-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para "voltar meio minuto atrás, para dizer ao senhor deputado Miguel Pinheiro que as casas de banho ou dos sanitários do Piódão é a situação porventura mais constrangedora que ali temos, sendo certo que o empreiteiro, veja bem, até se tinha comprometido de a entregar em condições de ser usada, em Julho do ano passado.-----

-----Relativamente a este assunto, estamos no culminar do processo da Relvinha, da Ampliação da área de localização da Relvinha; neste momento tem particular relevância podermos definir as regras que vão considerar e regulamentar a leilão dos lotes. Como é sabido, no âmbito da candidatura que foi aprovada, assumimos um conjunto de compromissos, nomeadamente em termos de postos de trabalho a criar, em termos de efeito multiplicador do investimento privado sobre o investimento público e tivemos o cuidado de, antes de submeter esta proposta à Câmara, onde já foi apreciada, de articular com a CCDRC no sentido de validar o nosso entendimento. O entendimento que submetemos a CCDRC foi objecto de alguns



Assembleia Municipal

contributos que vieram no sentido de melhorar este documento e trata-se neste momento de um documento que para além de nos parecer suficientemente sólido para cumprir aquilo que são os objectivos inerentes a este processo, também salvaguardam os interesses de todas as partes, quer sejam do próprio município como dos próprios investidores.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “fazer algumas perguntas mais estratégicas do que propriamente a ver com o Regulamento; há uma versão do regulamento que pode ser difícil, posso estar a ver um problema onde não existe, que é a questão da definição do preço por metro quadrado do lote, que tem uma forma de chegarmos a ele, por via mais clássica, até vem no Regulamento que esse processo é por intermédio de um avaliador, o que me leva a pensar se é possível ponderar uma forma de discriminação positiva ou dito por outras palavras, abatimento do preço que der do resultado por metro quadrado, para poder ser competitivo e sedutor para quem queira instalar-se porque em condições normais não vai ser muito fácil...temos empresários que conhecem outros empresários, e temos aqui um na sala, podem fazer publicidade para chamar para Arganil outras empresas, mas se nós pudermos oferecer um preço por metro quadrado competitivo diferente dos concelhos vizinhos e que para isso possamos, dentro das regras, por ser uma candidatura, por termos algum espartilho em termos financeiros e regulamentares, estabelecermos aqui uma estratégia qualquer de discriminação positiva, ou seja entrar com algum dinheiro, como se fazia antigamente, as Câmaras faziam as Zonas Industriais e praticamente davam os lotes infraestruturados às empresas e, ainda assim, era difícil. É um problema que julgo que pode e deve ser acautelado. Por outro lado, era para perceber em termos de timings e de estratégia de disponibilização de lotes, como é que vai ser; se é perspectivável dentro ainda deste mandato que esta disponibilização dos lotes aconteça, se vai haver hasta publica já este ano, ou qual é que vai ser a abordagem do município em relação aos lotes, ou seja, se vão ser apresentados na totalidade ou se vai haver faseamento na disponibilidade dos lotes, divisão da área empresarial por mais que uma fase.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “esta questão do preço por metro quadrado está previsivelmente resolvida, ou seja, um dos elementos que fazia parte da candidatura que foi aprovada e era obrigatório era a apresentação de um relatório elaborado por um perito avaliador inscrito na CMDM, e esse relatório já foi elaborado na abordagem que estamos a considerar, apenas considerava naquela altura em que ainda estávamos a trabalhar numa perspectiva de um menor número de lotes, mas quantificava um valor por metro quadrado e não vejo grande justificação para esse valor vir a sofrer grande alteração, e o valor foi de 3€ por metro quadrado; é um preço muito, muito competitivo, se considerarmos que estamos a falar de espaços infraestruturados. Aquilo que está a acontecer ainda hoje na grande generalidade das áreas de localização empresarial é a atribuição de lotes com as infra-estruturas publicas executadas, mas onde depois cada um dos



Assembleia Municipal

empresários tem que fazer as terraplanagens, tem que tratar daquilo que diz respeito ao seu lote. Ali essa situação, na nossa opinião, faz toda a diferença e confere também maior atractividade à nossa área de localização empresarial da Relvinha. Naquilo que tem a ver com os timings, estamos a trabalhar em vários processos em paralelo e tem a ver com aquele “calvário” de que já falámos aqui, da burocracia, no âmbito da aquisição dos 318 prédios, em relação a 49, alguns dos proprietários não concordaram com o valor e houve também um numero muito significativo de proprietários que não foram localizados, que nem sequer por Edital foi possível contactar. Aquilo que está estabelecido no Código das Expropriações, relativamente a esses casos, é que há um processo de arbitragem que já decorreu, um grupo de 3 peritos que foi nomeado pelo Tribunal da Relação, que levou à apresentação de relatórios para cada um desses 49 prédios e agora estamos na fase de envio desse processo neste caso ao Tribunal de Arganil que haverá de adjudicar, apesar desses prédios já relativamente a eles já ter sido concretizada a posse administrativa, o Tribunal é que vai conceder a adjudicação desses 49 terrenos. A seguir já é aquela fase menos interessante, mas que haverá de prosseguir, relacionada com as reclamações de cada uma das partes, do Município, eventualmente dos proprietários, mas isso já são os tribunais a trabalhar. Neste momento aquilo que nos interessa é saber que previsivelmente durante a semana que vem, submeteremos este processo ao Tribunal, que tem 10 dias para fazer a adjudicação das parcelas, o que significa que durante o mês de Maio este processo deverá estar resolvido, o que significa que como sabe para podermos ter os lotes formalmente constituídos ficará a faltar apenas a conclusão da empreitada para ser feita a respectiva recepção, uma vez que isso é um elemento que também faz parte da própria constituição dos loteamentos. Sem prejuízo daquilo que pretendemos iniciar já no imediato, até porque a tramitação é relativamente previsível, nesta fase, com a aprovação se ela for aqui efectuada, deste Regulamento, e com a fixação dos critérios de análise das propostas, por parte da Câmara, aquilo que contamos é que entre o mês de Maio e Junho, possamos já estar a comunicar e a divulgar a disponibilidade destes espaços e podermos também contratualizar a sua venda. Há aqui um aspecto que não é de somenos importância que está considerada neste Regulamento e que permite utilizar esse percurso, que é está a preconizar aquele momento preliminar de, após a análise das candidaturas dos potenciais empresários ou empreendedores, um momento de celebração de contratos promessa de compra e venda que dá segurança a todas as partes; dá segurança desde logo ao investidor, que vai ter um horizonte temporal para perceber se tem meios financeiros para concretizar o projecto, se consegue financiamento, se consegue candidaturas ou não, e ao município também dá segurança de não passar para um terceiro um lote que pode ou não ser utilizado para a actividade que é preconizada. Aqui chegados, e concluindo, teremos condições para o mais tardar durante o mês de Junho podermos começar com a alienação dos lotes nesta perspectiva de contrato promessa, sendo certo que antes de Setembro, Outubro, Novembro, dependendo das condições



Assembleia Municipal

climatéricas ajudarem ou dificultarem o decurso da empreitada, haverá condições para fechar o loteamento e poderem começar a ser formalizadas as respectivas escrituras de compra e venda. Resulta da comunicação que foi passada que é uma das obrigações assumida, e bem, por via do Aviso da CCDR, é uma das obrigações que estas alienações sejam feitas de forma publicitada, portanto de forma divulgada, transparente, a questão da hasta pública é uma obrigação que é imposta no âmbito do regulamento do Aviso, mas não nos passa pela cabeça, nem fazia nenhum sentido, colocar de uma vez 23 lotes no mercado; esse é um assunto que teremos ainda oportunidade de discutir em sede de reunião de Câmara e haveremos certamente de éter um critério que seja equilibrado e que esteja de acordo também com as pretensões dos investidores mas também com aquilo que são os interesses do concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para ”dizer ao colega Miguel Pinheiro que se o lóbi que referiu me incluía a mim, e se eu puder ajudar a granjear riqueza neste território terei todo o gosto.-----

-----Como nota prévia da minha intervenção neste ponto, gostava de fazer uma curta referência ao término da intervenção de qualificação e modernização feita na Zona Industrial da Relvinha Este. Esta intervenção permite agora a todos os seus utilizadores beneficiar de uma infra-estrutura mais adequada, mais moderna e mais funcional. A melhoria do espaço de domínio público valorizou todo o património privado de cada empresa ali localizada. Fiz esta nota prévia por entender que o estado de conservação e as condições apresentadas a todas as empresas aí instaladas serão mais um ponto a favor na captação de empresas a fixar na zona Oeste.-----

-----Hoje levamos a votação o regulamento da área de acolhimento empresarial da Relvinha. A obra evolui de forma visível e é agora tempo de programar os próximos passos. O tempo não espera e é fundamental preparar atempadamente o futuro. Para o sucesso futuro da ocupação da Relvinha é necessário um regulamento que seja suficientemente aberto e atractivo, mas também rigoroso e defensor dos interesses do município.-----

-----Li este regulamento na fase de consulta pública. E voltei a relê-lo agora.-----

-----O quadro legal que fixa as condições em que os municípios podem vender lotes a terceiros, sofreu alterações significativas nos tempos mais recentes. A possibilidade de vender um lote de forma directa, a preço simbólico e sem a apresentação das devidas contrapartidas por parte do comprador, é hoje uma impossibilidade, e a meu ver, correctamente.-----

-----A par do valor a pagar por metro quadrado do terreno a adquirir, há outros critérios que os empresários consideram de igual forma no processo de decisão. São exemplos disso a localização, as vias de comunicação existentes, a proximidade com a cadeia de fornecimento, a disponibilidade de recursos humanos necessários, a qualidade das infra-estruturas existentes, os trabalhos e custos a suportar com a preparação dos terrenos, a política fiscal do município, entre outros.-----



Assembleia Municipal

-----Sendo esta uma obra que prevê colocar a zona industrial num nível de excelência no que a infra-estruturas diz respeito, gozando a mesma de uma dimensão difícil de igualar na região, somando na equação o facto de Arganil ter uma das mais atractivas políticas fiscais da região, sendo o preço por metro quadrado o preço de mercado praticado na zona e disponibilizando lotes devidamente preparados e prontos a receber construção imediata, é expectável que a procura ocorra. Assim as economias nacionais e mundiais evoluam no pós pandemia no sentido do crescimento, fazendo com que as empresas tenham necessidade de investir, criando mais e melhores instalações e consequentemente mais e melhores empregos.-----

-----Ao criar um mecanismo composto por vários critérios, devidamente definidos para a atribuição de lotes, este regulamento contribui também para que se salguarde a transparência que se exige num processo que se quer justo.-----

-----Se tornar a oferta competitiva é a prioridade, não menos importante é a salvaguarda dos interesses do município. Ao realizar este investimento, o pretendido pelo município é que o investimento público possa servir de efeito potenciador e multiplicador do investimento privado. Não é de forma alguma que o investimento público sirva apenas e só de subsidiação para a implementação de projectos sem capacidade e viabilidade futura. Infelizmente há alguns exemplos, quer em Arganil quer nos municípios vizinhos, de lotes que foram cedidos sem as devidas contrapartidas, em que o resultado, passados vários anos, são proveitos nulos e sobre os quais os municípios pouco podem fazer. Neste ponto, a definição em regulamento das obrigações a cumprir por parte das empresas, bem como as sanções decorrentes do incumprimento, é essencial para uma ocupação correcta e proveitosa de todos os lotes da zona industrial.-----

-----Há ainda outro ponto que me parece importante: a definição de prazos máximos para consumir cada fase da instalação de futuros inquilinos. A definição destes prazos em sede regulamentar é fundamental para que a zona industrial não se resuma a um conjunto de intenções momentâneas, sem concretização correspondente em prazos razoáveis. Neste ponto, acrescento que é fundamental que o município consiga no sentido contrário apresentar serviços municipais com a capacidade de tratar com a competência e celeridade necessária todos os processos para não causar emperros. Tenho por experiência própria muito recente, não tida no nosso município (é bom salvaguardar), que nem sempre a velocidade de funcionamento dos sistemas públicos no seu geral é compatível com a velocidade necessária para o investidor privado. Mas acredito que este executivo tenha no seu planeamento também estas questões.-----

-----De forma resumida, digo que o documento que levamos a aprovação parece salvaguardar todas as questões essenciais, definindo métodos claros, justos e com marcos temporais e contrapartidas adequadas. A ausência de contributos no periodo de consulta pública, a aprovação por unanimidade em reunião de câmara, bem como o parecer favorável da CCRDC, são sinónimo disso mesmo.-----



Assembleia Municipal

-----Como nota final, questiono o Sr. Presidente da Câmara, se está prevista ou pensada alguma compatibilização entre o presente regulamento e o programa Arganil Invest+. Tendo em consideração os princípios de acção do referido programa e a dimensão da nova Zona Industrial da Relvinha, em caso de compatibilidade plena, a sua promoção conjunta fará todo o sentido e poderá ser mais um estímulo no sentido da fixação de novos projectos.-----

-----O documento está pronto, será aprovado e será dado mais um passo importante no sentido de disponibilizar esta obra, de importância vital para o desenvolvimento económico e social da nossa vila, a todos os interessados.-----

-----Aguardo com expectativa as próximas fases. Obrigado.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “quero aproveitar para sublinhar a clareza desta intervenção, foram aqui abordados aspectos que são muito pertinentes desde o ponto de vista do alerta, naquilo que tem a ver com a máquina autárquica, ao nível da burocracia, dizer que nessa matéria também temos as nossas debilidades e temos noção que é algo que ainda haveremos de resolver. Quero com isto dizer que não é um exclusivo de outras autarquias, é também um problema que a nós nos preocupa. Relativamente à questão do Arganil Invest+, haverá possibilidade de ser feita essa articulação, o Regulamento aprovado no âmbito do Arganil Invest+ considera um conjunto de incentivos de natureza de taxas do ponto de vista até de natureza tributária, será possível também acomodar esses incentivos que aí estão considerados. Obviamente que temos noção da atractividade que esta oferta confere, pela localização, pelo acesso às vias rodoviárias e estamos muito expectantes em relação a este processo. Dizer também porque falou de uma outra componente de intervenção, a conclusão da Reabilitação da Relvinha Este, eu se calhar pedia aos senhores deputados, também ao senhor deputado Miguel Pinheiro para reservar na agenda as datas das inaugurações, não sei se começamos pela Benfeita ou pela Relvinha, mas temos que agendar isto e gostaria de poder contar com a vossa presença e participação.”---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/124/2021, aprovar o Projecto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **Projecto de Alteração do Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----



Assembleia Municipal

-----Presente o Projecto de Alteração do Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF/120/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----A Câmara Municipal de Arganil, na sua reunião ordinária de 18 de agosto de 2020, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, o início do procedimento de alteração do “Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil”, concretamente dos artigos 77º e 96º”.-----

-----Cumprindo o procedimento previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado no dia 19 de agosto de 2020, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento;-----

-----Decorrido este prazo, não se verificou a constituição de interessados, nem a apresentação de contributos.-----

-----A Câmara Municipal, em reunião realizada em 10 de novembro de 2020, deliberou, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 62º do “ Regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos”, aprovado pelo Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, na atual redação, submeter o projeto de alteração do regulamento a consulta pública pelo período de trinta dias úteis e à apreciação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para emissão do respetivo parecer.-----

-----Decorrido o prazo de consulta pública, não foi apresentada qualquer sugestão relativa ao projeto de alteração do regulamento.-----

-----A ERSAR, através de comunicação emitida em 25 do passado mês de março, emitiu parecer favorável, com recomendação de revisão do documento no sentido de incluir e atender a seguinte sugestão relativa ao tarifário para famílias numerosas: “Por forma a clarificar os utilizadores que se encontrem na situação de potenciais beneficiários do tarifário para famílias numerosas, recomenda-se que sejam incluídas no presente artigo as regras de acesso ao tarifário em questão, nomeadamente em termos de discriminação de documentos a anexar ao pedido, de prazos a cumprir, e/ou outros que a entidade gestora entenda incluir”. A citada recomendação foi considerada no projeto de alteração do regulamento através dos pontos 3 e 4 do artigo 96º.-----



Assembleia Municipal

-----Em conformidade com o atrás exposto, submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua actual redacção, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de alteração ao “Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil”, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Anexa-se o projeto de Alteração do "Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil".-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/120/2021, aprovar o Projecto de Alteração do Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da proposta da **Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021**, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redacção.-----

-----Presente a proposta da Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, aprovar a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redacção.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quinto ao nono fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.**-----



Assembleia Municipal

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/25/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal -art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Benfeita, Piódão, Pomares, Secarias e União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista à comparticipação financeira para assistência a banhistas da praia fluvial, no valor total de 22.017,00€ (vinte e dois mil e dezassete euros), para a qual existe dotação disponível no orçamento municipal na rubrica 04050102 – Freguesias, conforme informação de cabimento anexa, contendo as cláusulas que neles deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----

- Freguesia de Benfeita; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Benfeita” : 2.140,20€ (dois mil cento e quarenta euros e vinte cêntimos).-----
- Freguesia de Piódão; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial do Piódão”: 6.789,60€ (seis mil setecentos e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos);
- Freguesia de Pomares; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares”: 4.526,40€ (quatro mil quinhentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos);-----
- Freguesia de Secarias; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Cascalheira - Secarias”: 4.280,40€ (quatro mil duzentos e oitenta euros e quarenta cêntimos);-----
- União de Freguesias de Côja e Barril de Alva; Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Côja”: 4.280,40€ (quatro mil duzentos e oitenta euros e quarenta cêntimos);-----

-----Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----



Assembleia Municipal

-----Pagamento: 100 % do valor até 30 (trinta) dias após o cumprimento total do objeto do contrato e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa;-----

-----Prazo de cumprimento: 60 dias;-----

-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minutas dos contratos programa e informação de cabimento.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**QUINTO: Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Benfeita**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/25/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia do Piódão**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/25/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Pomares**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na



Assembleia Municipal

freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/25/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/25/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Celebração de Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/25/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2021, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos décimo ao vigésimo segundo fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/30/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias, União de freguesias e Associação de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta dos protocolos de cooperação (contratos programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Sarzedo, Secarias, São Martinho da Cortiça, União de Freguesias de Cepos e Teixeira; Cerdeira e Moura da Serra; Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos de silvicultura, no valor total de 44.352,00€.

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----

-----Freguesia de Arganil: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 6.036,00€ (seis mil e trinta e seis euros);-----

-----Freguesia de Benfeita: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.564,00€ (três mil quinhentos e sessenta e quatro euros);-----

-----Freguesia de Celavisa: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 792,00€ (setecentos e noventa e dois euros);-----

-----Freguesia de Folques: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.000,00€ (três mil euros);-----

-----Freguesia de Piódão: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 5.028,00€ (cinco mil e vinte e oito euros);-----

-----Freguesia de Pomares: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.884,00€ (quatro mil oitocentos e oitenta e quatro euros);-----

-----Freguesia de Sarzedo: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 1.776,00€ (mil setecentos e setenta e seis euros);-----



Assembleia Municipal

-----Freguesia de Secarias: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 648,00€ (seiscentos e quarenta e oito euros);-----
-----Freguesia de São Martinho da Cortiça: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.492,00€ (três mil quatrocentos e noventa e dois euros);-----
-----União de Freguesias de Cepos e Teixeira: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 5.388,00€ (cinco mil trezentos e oitenta e oito euros);-----
-----União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.116,00€ (quatro mil cento e dezasseis euros);-
-----União de Freguesias de Coja e Barril de Alva: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.152,00€ (quatro mil cento e cinquenta e dois euros);-----
-----União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 1.476,00€ (mil quatrocentos e setenta e seis euros);-----
-----Prazo de Vigência:-----
-----Data da Assinatura dos contratos até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----
-----Pagamento:-----
-----O pagamento da verba prevista no ponto anterior será efetuado até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;-----
-----Prazo de cumprimento:-----
-----180 dias;-----
-----Incumprimento:-----
-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----
-----Acompanhamento e controlo:-----
-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----
-----Anexo minutas dos contratos programa.-----
-----À Consideração Superior,-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para “perguntar ao senhor Presidente para quando está prevista a assinatura destes contratos, quando vai começar a contar o prazo, porque o prazo da execução são 180 dias, seis meses, e aquilo que verifiquei o ano passado foi que a maior parte das freguesias do município atrasaram um pouco o serviço de limpeza ao longo dos caminhos e das estradas municipais. Algumas foram feitas em meados de Setembro; aquilo que aconteceu há 4 anos, do incêndio ocorrer em Outubro, não será previsível que aconteça assim todos os anos, supostamente acontece mais cedo e o problema que se coloca é esse, o prazo de 180 dias, se for contado a partir de meados de Maio, irá até Novembro, altura em que os incêndios já terminaram, supostamente. O ano passado passei na estrada para as Luadas, por causa das obras na estrada da Benfeita, e verifiquei que esses trabalhos foram feitos em 21 de Setembro e ainda lá



Assembleia Municipal

ficaram muitos restos. Também verifiquei nalgumas freguesias que o material ardido de há 4 anos continua lá e ainda agora terminaram as obras de requalificação da estrada entre Arganil e Côja e já começaram a fazer a limpeza numa faixa de 3 metros.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “havendo aqui alguma similitude de situações, admito que possa existir algum equívoco; neste caso estamos a falar de silvicultura preventiva na componente daquilo que tem a ver com as faixas da rede rodoviária das estradas pavimentadas. Como sabem o nosso concelho tem cerca de 400 km de estradas pavimentadas, estamos a falar não da faixa de proteção, mas da zona mais próxima, grosso modo, limpeza de bermas. E a este respeito devo dizer que esta parceria que temos montado com as Juntas e Uniões de Freguesia tem dado muito bons resultados, tem sido possível atacar essas situações sem exceção numa forma atempada e ao mesmo tempo que são também um contributo às vezes até para um resto de algum cigarro que possa ter consequências, para além desses aspectos de segurança, há também um aspecto que não deixa de ser significativo, que é a questão estética e a apresentação do espaço por onde circulamos. Coisa diferente é a execução das faixas de gestão, que obedece a planificação que está considerada no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; temos feito um esforço significativo do ponto de vista da execução e do ponto de vista financeiro que nos tem permitido executar taxas anuais superiores àquelas que estão consideradas no Plano, mas há anos e o ano transacto é um bom exemplo, em que as questões climáticas constituem uma barreira mais significativa do ponto de vista do risco do que propriamente o corte da vegetação; a temperatura que aconteceu no ano passado começou a verificar-se o aumento da temperatura com a proibição da utilização de meios mecânicos na limpeza das faixas de proteção, começou a verificar-se num momento muito antecipado face àquilo que era habitual, e prolongou-se durante muito tempo. Durante esse período, que foi dilatado e significativo, por maior que fosse a intenção e a boa vontade de executar essas faixas de proteção, do ponto de vista legal era proibido. O que temos aqui em apreço é essencialmente limpeza de bermas, não de faixas de proteção.”-----

-----**DÉCIMO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Arganil**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Benfeita**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Celavisa**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Folques**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Piódão**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Pomares**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEXTO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Sarzedo**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Sarzedo, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra**, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO PRIMEIRO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SEGUNDO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz**, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na



Assembleia Municipal

freguesia, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos vigésimo terceiro ao vigésimo nono fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/31/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniãos de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Secarias, Uniãos de Freguesias Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 53.100,00€ (cinquenta e três mil euros), destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----

---Freguesia de Arganil: “Aquisição de Destroçadora Hidráulica; Intervenção na rede viária da localidade de Sarcina” : 14.500,00€ (catorze mil e quinhentos euros).-----

---Freguesia de Benfeita: “Reconstrução do muro contíguo à ribeira e respetiva calçada no Caminho da Várzea -Benfeita”: 10.000,00€ (dez mil euros).-----

---Freguesia de Celavisa: “Substituição da tubagem do sistema de abastecimento de água das Travessas; Reparação de aqueduto na Rua Comissão de Melhoramentos de Sequeiros - Celavisa”: 5.000,00€ (cinco mil euros).-----



Assembleia Municipal

---Freguesia de Folques: “Trabalhos no Cemitério de Folques; Pintura da Fonte do Cabo em Folques; Pavimentação Betuminosa em Folques”: 6.000,00€ (seis mil euros)-----

---Freguesia de Secarias: “Aquisição de viatura Ligeira de mercadorias Nissan Cabstar”: 5.000,00€ (cinco mil euros)-----

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: “Arranjo do muro da Coutada”: 4.600,00€ (quatro mil e seiscentos euros)-----

---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: “Aquisição de viatura de combate a incêndios; Abate de árvores queimadas junto à rede viária; Pintura de depósito de combate a incêndios em Vinhó; Requalificação da sede da União de Freguesias em Vila Cova de Alva e pintura exterior da sede da antiga Junta de Freguesia em Anceriz.”: 8.000,00€ (oito mil euros)-----

-----Prazo de Vigência:-----

-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

-----Pagamento:-----

-----O pagamento do apoio para a aquisição de viaturas será efetuado em uma só prestação, mediante apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

-----O pagamento do apoio à execução dos diversos trabalhos será efetuado em duas Prestações: 1.^a Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.^a Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

-----Prazo de cumprimento: até ao final de 2021-----

-----Incumprimento:-----

-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

-----Acompanhamento e controlo:-----

-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**VIGÉSIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil**, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de Destroçadora Hidráulica, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de



Assembleia Municipal

Destroçadora Hidráulica, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUARTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Reconstrução do muro contíguo à Ribeira da Mata da Margaraça e respectiva calçada, no Caminho da Várzea, Benfeita, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Reconstrução do muro contíguo à Ribeira da Mata da Margaraça e respectiva calçada, no Caminho da Várzea, Benfeita, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de substituição da tubagem do Sistema de Abastecimento de Água das Travessas, e reparação de aqueduto na Rua Comissão de Melhoramentos de Sequeiros, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente as obras de substituição da tubagem do Sistema de Abastecimento de Água das Travessas, e reparação de aqueduto na Rua Comissão de Melhoramentos de Sequeiros, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**VIGÉSIMO SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos no Cemitério, a pintura da Fonte do Cabo e a pavimentação betuminosa, tudo em Folques, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos no Cemitério, a pintura da Fonte do Cabo e a pavimentação betuminosa, tudo em Folques, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de uma viatura, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de uma viatura, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a compartilhar financeiramente as obras do arranjo do muro da Coutada, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente as obras do arranjo do muro da Coutada, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO NONO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz**, com vista a compartilhar a aquisição de uma viatura de combate a incêndios, os trabalhos de abate de árvores queimadas junto à rede viária, a pintura do depósito de combate a incêndios, em Vinhó, a requalificação da sede da União de Freguesias, em Vila Cova do Alva e a pintura exterior da antiga sede da Junta de Freguesia de Anseriz, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/31/2021, aprovar o Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, com vista a compartilhar a aquisição de uma viatura de combate a incêndios, os trabalhos de abate de árvores queimadas junto à rede viária, a pintura do depósito de combate a incêndios, em Vinhó, a requalificação da sede da União de Freguesias, em Vila Cova do Alva e a pintura exterior da antiga sede da Junta de Freguesia de Anseriz, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TRIGÉSIMO: Apreciação e votação da Adenda ao Contrato Programa nº 13/2021, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa nº 13/2021, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGFSF/29/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido



Assembleia Municipal

anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 13/2021 celebrado com a União de Freguesias de Côja e Barril do Alva, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de fevereiro de 2021, sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 16 de fevereiro de 2021, no montante de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Reparação de valetas na estrada do Pisão; Aplicação de calçada de granito - Rua dos Franceses (frente ao Paraíso do Alva - Côja); Colocação de calçada de granito em Barril do Alva; Pavimentação do Bairro da Coutada – Côja; Execução de Valeta em Barril do Alva; Ligação Côja - Barril do Alva - Vila Cova Alva e Fecho de Sistema SAR de Barril do Alva; Serviços referentes à estrada do Pisão; Requalificação da Rua das Corgas – Pisão; Requalificação da Rua Professor Adelino Marques – Pisão.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 13/2021, cuja comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva para apoio ao cumprimento deste objeto corresponde a 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros).-----

-----Assim, da cláusula 2ª, n.º 1 passará a constar o seguinte: “A comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva para apoio ao cumprimento do objeto referido na cláusula 1ª do presente contrato, corresponde a 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2021, sob proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 13 de abril de 2021, a qual se encontra cabimentada sob o n.º 27118 e comprometida sob o n.º 29108.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 26 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/29/2021, aprovar a Adenda ao Contrato Programa n.º 13/2021, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TRIGÉSIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Fevereiro e 31 de Março de 2021, no âmbito da



Assembleia Municipal

Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/136/2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

-----**TRIGÉSIMO SEGUNDO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2021 a 31/03/2021 e do Relatório de Actividades correspondente ao período de 01/02/2020 a 31/03/2021.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

